

MILITARES E POLÍTICA

*Número 8
(janeiro-junho 2011)*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor: Carlos Antônio Levi da Conceição

Vice-Reitor: Antônio José Ledo Alves da Cunha

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Decano: Marcelo Macedo Corrêa e Castro

Superintendente Administrativo: Maria Goretti Cruz Marques Mello

INSTITUTO DE HISTÓRIA

Diretor: Fábio de Souza Lessa

Vice-Diretor: Fernando Luiz Vale Castro

LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE MILITARES NA POLÍTICA

Responsável: Renato Luís do Couto Neto e Lemos

MILITARES E POLÍTICA

Número 8 – janeiro a junho de 2011 – ISSN 1982-6834

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Barreto de Souza - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Adriano Nervo Codato - Universidade Federal do Paraná

Álvaro Pereira do Nascimento - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Celso Castro - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/FGV

Christiane Figueiredo Pagano de Mello - Universidade Federal de Tocantins

Eliézer Rizzo de Oliveira - Núcleo de Estudos Estratégicos/Universidade Estadual de Campinas

Francisco César Ferraz - Universidade Estadual de Londrina

Frank McCann - University of New Hampshire

Hendrik Kraay - University of Calgary

João Roberto Martins Filho - Universidade Federal de São Carlos

José Murilo de Carvalho - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Manuel Domingos Neto - Universidade Federal do Ceará

Paulo Ribeiro da Cunha - Universidade Estadual Paulista

Peter M. Beattie - Michigan State University

Renato Luís do Couto Neto e Lemos - LEMP/Universidade Federal do Rio de Janeiro

COMITÊ EDITORIAL

Renato Luís do Couto Neto e Lemos (LEMP/UFRJ) – Editor

Cláudio Beserra de Vasconcelos (LEMP/UFRJ) – Subeditor

Rachel Motta Cardoso (doutoranda PPGHCS/COC/FIOCRUZ/LEMP/UFRJ) – Secretária

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Cláudio Beserra de Vasconcelos

Endereço para correspondência:

Comitê Editorial

Largo do São Francisco de Paula, 01 – sala 206 – Centro

Rio de Janeiro/ RJ – CEP: 20051-070

Tel.: 55 21 2201-3141 r. 208

<http://www.lemp.historia.ufrj.br> e <http://www.lemp.historia.ufrj.br/revista>

e-mail: lemp@ifcs.ufrj.br

Militares e Política / Laboratório de Estudos Sobre Militares na Política / Departamento de História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Instituto de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro. n. 1 (2007). Rio de Janeiro: IFCS / UFRJ, 2007-

Semestral
ISSN 1982-6834

1. História I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Instituto de História. Laboratório de Estudos Sobre Militares na Política.

Sumário

Nota Editorial 05

Artigos

Nacionalismo e ação política: um estudo de caso sobre o jornal “O Semanário” (1956 – 1964) 7

Rafael do Nascimento S. Brasil

O Brasil e a não-proliferação, o desarmamento e o uso pacífico da energia nuclear (2003-2010) 23

Diego Santos Vieira de Jesus

La memoria institucional del Ejército Argentino sobre el pasado reciente (1999-2008) 39

Valentina Salvi

O processo de transição democrática no Uruguai 55

Pablo Martins Bernardi Coelho

Nota Editorial

Número 8 - janeiro a junho de 2011

Em sua oitava edição, *Militares e Política* volta a abrir suas páginas para a porção hispânica do nosso continente. Um artigo sobre a Argentina e outro sobre o Uruguai abordam a presença das Forças Armadas nos processos políticos desses países. Os demais artigos tratam de temas relativos à história brasileira: nacionalismo militar e política nuclear, temas histórica e politicamente conectados.

Renato Luís do Couto Neto e Lemos (LEMP-UFRJ)

Nacionalismo e ação política: um estudo de caso sobre o jornal *O Semanário* (1956 – 1964)

Rafael do Nascimento S. Brasil*

Resumo:

O presente artigo apresenta uma reflexão acerca da trajetória política do jornal nacionalista *O Semanário*, tendo como marcos temporais o período compreendido entre o início do governo nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) e o golpe civil-militar de 1964. Dois objetivos guiam o sentido geral deste artigo: (i) apresentar o percurso histórico de *O Semanário* enquanto ator político de destaque naquele período, em especial, a partir das alianças tecidas entre segmentos militares e civis que, juntos, delinearão projetos político-econômicos para o conjunto da sociedade; (ii) expor as propostas veiculadas pelo periódico em torno de temas como o desenvolvimento econômico-industrial do país e a aprovação das propostas das Reformas de Base.

Palavras-chaves: nacionalismo; militares na política; reformas de base.

Abstract:

This article presents a reflection on the political history of the nationalist newspaper “O Semanário”, with the timeframes the period between the beginning of the government of national development Kubitschek (1956 - 1961) and civil-military coup of 1964. Two goals guide the direction of this paper: (i) present the historical background of “O Semanário” political prominence as an actor in that period, in particular, from woven alliances between military and civilian sectors, which together outlined political-economic projects for society as a whole, (ii) explain the proposed vehicle for the period around themes such as economic and industrial development of the country and the approval of the proposed basic reforms.

Keywords: nationalism; military in politics; basic reforms.

* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Este artigo é uma versão reduzida da dissertação de mestrado “Um jornal que vale por um partido – *O Semanário* (1956 – 1964)”, defendida em 2010 junto ao PPGHIS/UFRJ. E-mail: raffbrasil@yahoo.com.br.

O Semanário é, a um só tempo, objeto e fonte para a realização deste trabalho. O jornal fundado por Oswaldo Costa¹ e Joel Silveira,² em abril de 1956, na cidade do Rio de Janeiro, possuía periodicidade regular e contava com um sistema nacional de distribuição, totalizando, durante a sua existência (abril / 1956 – abril / 1964), 376 edições.³ Em seus primeiros anos de funcionamento atingiu uma tiragem que se aproximava da marca de 60.000 exemplares.⁴ Devido a restrições orçamentárias, num primeiro momento, e ideológicas, que se acirraram e determinaram o seu fechamento com o advento do golpe de 1964, o jornal teve uma trajetória histórica curta, mas diferenciada, por ter se constituído em um ponto de sustentação e aglutinação dos ideais caros ao movimento nacionalista, em que segmentos militares e civis, com projetos e formulações estratégicas para o país, desempenhavam intensa colaboração.

Durante o período em que esteve em circulação, o jornal passou por diversas mudanças em seus aspectos gráficos e jornalísticos: a forma de apresentação das reportagens, editorial, artigos, notas, entrevistas, crônicas, enquetes, cartas dos leitores, todos variavam enormemente, pois eram alocados em seções e colunas bastante instáveis no jornal. Esse caráter dinâmico também se refletiu nos colunistas e demais colaboradores – poucos foram aqueles que permaneceram por um longo período.⁵

¹ Oswaldo Costa, seu diretor-geral, nascido no Pará, em 1900, participou das redações de vários periódicos brasileiros (Diário da Bahia, Correio da Manhã e Diretrizes). Após a vitória do golpe civil-militar, em 1964, teve seus direitos políticos cassados e amargou os cárceres da prisão. Em seguida, foi submetido, junto com sua mulher, D. Leonor Costa, a um Inquérito Policial Militar. Em 1967, devido a complicações cardíacas, veio a falecer. *Apud.* MOREL, Edmar. *Histórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

² O cofundador do jornal, Joel Magno Ribeiro da Silveira, nasceu em Aracaju, no ano de 1918, e veio para o Rio de Janeiro, no ano de 1937, onde foi uma voz combatente ao regime estadonovista. Cobriu, durante dez meses, as ações da Força Expedicionária Brasileira, no curso da Segunda Guerra Mundial, na Itália, a serviço dos Diários Associados (propriedade de Assis Chateaubriand) no qual era redator. No período 1954 – 1964 foi diretor do serviço de documentação do Ministério do Trabalho. Teve participação inconstante em *O Semanário* – deixou a sua redação em janeiro de 1957 para retornar em junho, saindo, porém, novamente, em fins do mesmo ano. Ensaçou alguns regressos ao longo dos anos e só efetivou sua volta em março de 1964, ironicamente, na penúltima edição do jornal. Faleceu, em 2007, na cidade do Rio de Janeiro. *Apud.* "Joel Silveira" In.: ABREU, Alzira A. et al. (Coords.). In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: CPDOC / FGV, 2001, p. 5459.

³ Em outubro de 1961 o jornal interrompeu sua circulação, normalizando-a apenas em maio de 1962.

⁴ Desde os seus primórdios, o tablóide assumiu uma postura combativa, em defesa de certas causas de impacto nacional. Podemos ler em sua primeira edição, no editorial intitulado '*Profissão de fé*': "O SEMANÁRIO surge para, livre de quaisquer influências, ostensivas ou disfarçadas, de sindicatos econômicos ou políticos, dizer a verdade, tal como é, sem condescendências (...). Nossa intenção não é a de dividir, mas a de separar o joio do trigo, para melhor poder unir os brasileiros honrados e de boa vontade em torno do estudo e da motivação dos problemas fundamentais do país". *O Semanário*, Rio de Janeiro, 5-12 de abr. 1956, Edição 1.

⁵ Nomes como Samuel Duarte, Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos, Francisco Julião, Neiva Moreira, Saldanha Coelho, José Frejat, Antonio Garcia Filho e tantas outras figuras presentes no cenário

A análise destas questões nos remete ao nacionalismo – componente central presente nas páginas do periódico, em que se revela a estreita aliança entre setores civis e militares, como, por exemplo, formulando uma mesma política econômica, na qual o Estado aparece como elemento comum. Este constante debate, presente em *O Semanário*, estrutura um dos eixos centrais do presente artigo.

Faz-se necessário ressaltar que as Forças Armadas, antes de tudo, agentes do Estado, com funções específicas e gerais, são, portanto, marcadamente, atores políticos com uma autonomia variável. Civis e militares não estabelecem uma relação que posteriormente se politiza, já que tal relação, por si mesma, é eminentemente política. Militares e civis traçam juntos estratégias de construção do Estado brasileiro, não sem contradições e conflitos.

O entendimento acerca do Estado parte do princípio de que este se configura numa relação social dinâmica, vale dizer, nesse processo de constituição e na sua orientação resultante em dado momento histórico, ocorrem disputas e redefinições por conta da correlação de forças existentes na sociedade. O nacionalismo se insere nessa problemática da construção do Estado, no interior de uma sociedade da periferia do sistema capitalista e dos papéis desempenhados pelos militares e civis nesse processo histórico. Parte-se da premissa metodológica de que militares e civis atuam num universo ideológico marcado por interesses classistas, o que permeia as suas ações políticas.

Se considerarmos o caráter hipertardio do nosso sistema capitalista, o Estado brasileiro, desde cedo, assumiu ares intervencionistas para o desenvolvimento do capitalismo no país, encampando a ideológica legitimação de um “projeto nacional”, na medida em que determinados segmentos sociais conseguiram impor suas concepções como sendo pertinentes ao conjunto da sociedade. Dessa forma, o peso do Estado e o papel desempenhado pelas suas agências são marcas importantes nesse processo de ampliação. Assim, o Estado seguiu tornando-se “nacional” na medida em que certos temas e demandas restritas a alguns grupos sociais assumem um caráter nacional ou de interesse geral e, no mesmo movimento, ampliou os aparelhos de coerção e de

político e literário nacional ocuparam as páginas do periódico, comentando sobre os mais variados temas e assuntos, colaborando, dessa forma, para sua construção enquanto ator político proeminente no panorama nacional.

convencimento. Nessa operação, passou-se a apresentar o Estado enquanto órgão que paira acima dos conflitos sociais.

Deste modo, o aparelho estatal se tornou uma das principais arenas de conflito entre os segmentos que formulavam e defendiam determinados projetos de sociedade, especialmente no que tange à elaboração e execução das políticas públicas. Na conjuntura inaugurada com o pós-1930, os militares ocupavam parte considerável dos cargos no interior do Estado juntamente com diferentes frações burguesas. A convergência ideológica entre grupos civis e militares adeptos do projeto de industrialização e a correlação de forças existente permitiram a relativa predominância de aspectos nacionalistas nas políticas estatais postas em prática.

Posteriormente, burocratas e setores militares nacionalistas, membros de entidades científicas e empresários articulavam-se em defesa dessa política industrialista, legitimando-a sob o discurso do primado da técnica e da racionalidade – os órgãos da administração paralela ao longo do governo Kubitschek serão a expressão dessa ideia-força. Ocupar postos da burocracia civil e militar possibilitava articular pressões para intervir na política estatal. Pois os “técnicos” (o destaque se justifica em vista da tentativa, ideologicamente orientada, de apresentação desses técnicos como grupos apolíticos, o que contribuía para o embaçamento de sua atuação) eram pertencentes à burocracia estatal e possuíam vínculos com outras frações sociais, haja vista as acirradas disputas para a ocupação dos cargos nos distintos órgãos técnicos do governo: as articulações visavam determinados pontos da estrutura administrativa estatal e, dessa forma, as políticas públicas adotadas. Aliás, a função cumprida por esse conjunto de setores da burocracia estatal servia para garantir a estabilidade política do governo, bem como estabelecia canais de articulação e interlocução com as distintas frações civis.⁶

Por sua vez, *O Semanário* mantinha um sistemático programa de ação baseado na defesa nacionalista do petróleo, das areias monazíticas, dos minerais atômicos e estratégicos e da independência econômica do país através da industrialização. O esforço empreendido na tentativa de esclarecer os leitores sobre a necessidade de se compreender os problemas que assolavam o país era materializado em suas páginas através de debates entre diferentes intelectuais, da publicação de discursos, relatórios e

⁶ ALMEIDA, L. F. R. de. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

intervenções de parlamentares frente aos “problemas nacionais” e por meio da divulgação acerca das atividades de grupos nacionalistas espalhados pelo Brasil. Conjuntamente, o periódico construiu um dos vértices de sua atuação política na denúncia de atividades consideradas “entreguistas”, solicitando e cobrindo as atividades das Comissões Parlamentares de Inquérito instaladas com este fito. Os acordos com agências norte-americanas relativos à energia atômica, os contratos irregulares firmados pela Rede Ferroviária Federal, as concessões à *American Can* e as investigações sobre as atividades ilícitas praticadas pela companhia Shell/Esso foram algumas das CPIs divulgadas pelo jornal.⁷

Outro foco de atenção do jornal dizia respeito às disputas eleitorais, ocorridas em 1958,⁸ 1960 e 1962: discutiam-se os programas dos candidatos, apontando aqueles avaliados como “entreguistas” (financiados por empresas estrangeiras e defensores de interesses externos), ao mesmo tempo em que incentivava os “leitores eleitores” a cerrarem fileiras em torno dos políticos afinados com o discurso nacionalista. Alguns candidatos aos cargos de vereador, prefeito, governador, vice-governador, presidente, vice-presidente, senador, suplente de senador e deputado federal recebiam apoio e espaço disponível no jornal para apresentarem suas plataformas políticas.

O relacionamento de *O Semanário* com os demais órgãos de imprensa foi marcado pela intensa confrontação com aqueles setores acusados de manter profundas ligações com empresas multinacionais, sobretudo por identificar nessa aliança a tentativa de monopolizar as atividades jornalísticas e de transformar parte da imprensa brasileira em porta-voz de interesses imperialistas – a chamada “*imprensa sadia*”.⁹ A articulação com setores parlamentares acabou por traduzir-se no incentivo à formação de blocos partidários com espectros políticos variados. A Frente Parlamentar

⁷ RAMOS, P. de Abreu. "A imprensa nacionalista no Brasil". In: ABREU, Alzira Alves et al. *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 61 – 140.

⁸ Uma de suas palavras de ordem era “não vote nos candidatos norte-americanos, vote nos brasileiros!”. *Apud. O Semanário*, Rio de Janeiro, 7-14 de nov. 1957, Edição 83.

⁹ Alcinha irônica, utilizada pelo jornal, para caracterizar aqueles setores da imprensa que assim se apresentavam enquanto “autênticos” defensores da liberdade de imprensa, como “representantes” da opinião pública e da “objetividade” de suas práticas jornalísticas, pautadas pela “neutralidade” e pela ausência das “paixões políticas” que caracterizariam os demais jornais. No dizer de Gondin da Fonseca, ao referir-se aos interesses que defendiam, essa imprensa seria sadia “porque come bem...”.

Nacionalista (FPN)¹⁰ pode ser tomada como exemplo desses movimentos interpartidários afinados com a orientação nacionalista do periódico. Ao mesmo tempo, *O Semanário* buscava estreitar os laços com os militares nacionalistas, divulgando, a cada eleição, os programas dos candidatos à presidência do Clube Militar, por exemplo.

Imerso em um cenário de polarização político-ideológica, *O Semanário* orientou, educou e buscou construir um consenso em torno de propostas de organização da sociedade dentro de marcos nacionalistas, em que grupos sociais disputavam a hegemonia do processo social contra aqueles segmentos adeptos de um projeto político-social antagônico. Daí afirmarmos que o periódico foi portador e defensor de um projeto que possibilitasse um salto de qualidade no desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Sua atuação se consolidava no ato de informar, intervir no processo político e articular os diversos setores sociais em prol de um programa nacionalista.

O movimento nacionalista desse período se caracterizava por uma intensa fluidez e pela heterogeneidade de suas fileiras. A participação de capitais estrangeiros no desenvolvimento nacional, a crença na possibilidade de ancorar aquele projeto de aprofundamento do capitalismo em bases nacionais, os debates em torno da aprovação das propostas inseridas nas Reformas de Base, e, finalmente, o envolvimento amplo e ativo das massas populares no processo político abriam fissuras nesse bloco nacionalista – tais pontos aproximavam e distanciavam seus integrantes.

O que queremos reter deste panorama é que o nacionalismo não possui nenhuma essência a-histórica, imutável e que paira sobre os sujeitos históricos de uma dada sociedade. A rigor, as características do pensamento nacionalista são moldadas pelos agentes sociais que adotam sua defesa em determinada conjuntura histórica e os contornos assumidos por esses conflitos produzem inflexões e alterações no arco de alianças do bloco nacionalista, sobretudo pelo acirramento das contradições sociais que vieram à tona na década de 1960.

A crise dos anos 1960 é resultado da combinação de múltiplas crises, algumas com raízes mais estruturais e outras de aspectos conjunturais, que pode ser apontada,

¹⁰ Grupo político existente entre os anos de 1956 e 1964. Era marcado pela heterogeneidade de sua composição e pela defesa de ideias nacionalistas. Em sua edição 247, *O Semanário* passou a se apresentar como órgão oficial da FPN – título que ostentou por dez meses. A ligação histórica com a Frente confunde-se com a própria trajetória do jornal, já que desde a sua fundação manteve estreito contato com bases parlamentares identificadas com o seu ideário nacionalista. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 31 de jan./7 de fev. 1961.

esquemáticamente, da seguinte forma: o modelo econômico vigente no país entra em crise devido à crescente internacionalização dos segmentos mais ativos do capitalismo nacional e à alteração da posição relativa do país no sistema monopolístico internacional; o movimento sindical empreende uma luta que consegue romper certos limites do sistema de dominação política – causando fissuras no campo das alianças entre as classes dominantes; há uma intensa crise militar que se desdobra na movimentação dos subalternos das Forças Armadas e na confrontação entre as correntes militares existentes; nas áreas rurais encontra-se um forte estado de ativação do movimento camponês, em especial, sua luta pela reforma agrária; e, ainda, o fantasma da Revolução Cubana pairando sobre esse painel de conflitos e tensões sociais, contribuindo, dessa forma, para aumentar o temor subjetivo dos setores sociais dominantes.¹¹

Os discursos em torno da defesa de um projeto industrializante para o país e os sentidos conferidos a este processo podem ser apontados como exemplar dessa fluidez do nacionalismo no sistema político brasileiro. Coesão e segurança nacionais; melhoria no padrão de vida da população e participação dos trabalhadores no processo; caminho para a emancipação nacional e defesa da participação popular para uma transformação social – eis alguns dos discursos que punham em movimento as mais diferentes frações sociais.¹²

Nesse sentido, a trajetória jornalística de *O Semanário* é marcada por seu envolvimento em torno das disputas pela orientação político-econômica do Estado. A sua atuação partidária não se dava em nome de um partido, mas de um programa político para o conjunto da sociedade. Vários elementos compõem o quadro das suas formulações e intervenções na arena política, pois, pretendia-se, assim, estabelecer as bases para a estruturação de seu programa. Como bem se observa, os órgãos de imprensa também podem cumprir diversos papéis sociais, como debatedores, articuladores políticos, intermediadores, etc. Dessa forma, o periódico é “suporte (senão

¹¹ DREIFUSS, René A. 1964: *A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981; MELO, Demian Bezerra de. *O Plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009; MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964 – 1969)*. São Carlos (SP): Editora da UFSCar, 1995.

¹² ALMEIDA, L. F. R. de. *Ideologia nacional e Nacionalismo*. São Paulo: EDUSC, 1995.

o próprio definidor, em última instância) de uma posição particular, contribuindo de maneira complexa e não isenta de contradições para a configuração cambiante tanto das palavras de ordem das alianças e oposições quanto do próprio balanço das forças”.¹³ Essa disputa pelos rumos do Estado se traduz em um embate político entre interesses e perspectivas sociais antagônicas.

Em sua atuação política, defendendo, reiteradamente, um programa para o desempenho e posicionamento do Estado brasileiro frente a determinadas questões, *O Semanário* buscava sinalizar os rumos e os contornos da orientação do governo, valendo-se da constante pressão sobre o Congresso Nacional, discutindo e apontando os caminhos para o “desenvolvimento nacional”. Para tanto, o jornal mantinha uma ampla rede de colaboradores e formuladores de um projeto político de conteúdo nacionalista, composto por parlamentares da FPN, alguns intelectuais, setores dos trabalhadores, grupos de estudantes e militares da corrente nacionalista.

Apesar das inúmeras divergências existentes no interior do movimento nacionalista integrado pelo *O Semanário*, algumas de suas proposições encontravam certa margem de consenso dentre a diversidade de seus integrantes. Especialmente em relação a dois pontos: a nacionalização ou, por vezes, a instituição do monopólio estatal sobre certas atividades econômicas e o imperativo de disciplinar o capital estrangeiro que circulava no país. No início de 1958, *O Semanário* veiculou reportagem de forte viés nacionalista. Sob o título “Brasil: colônia de trustes” denunciava que a política de investimento do capital estrangeiro existente no Brasil era um entrave ao seu desenvolvimento industrial, pois as próprias instruções da Superintendência da Moeda e Crédito [SUMOC] contribuíam para liquidar a indústria nacional. Apontava que trustes controlavam ou se interligavam a empresas brasileiras em diversos setores: energia elétrica, comunicação, frigoríficos, laboratórios químicos e farmacêuticos, fumo, metalurgia, mecânica, transporte, seguros, editoras, cinemas e alimentos. Informava ainda que “cerca de 600 empresas subsidiárias pertencentes a 15 poderosos grupos internacionais controlam a nossa economia”. Trezentas e sessenta e sete empresas, em um universo de seiscentas, pertenceriam a dez “grupos declaradamente norte-americanos, que se entrelaçam, em seu país de origem, a cartéis que operam em várias

¹³ ABREU, Alzira A. de e LATTMAN-WELTMAN, Fernando. “Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954”. In: GOMES, Ângela de C. (Org.) *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumar, 1994, p. 48.

partes do mundo” e os demais também estariam vinculados a grupos norte-americanos e seriam por eles controlados.¹⁴

As questões da intervenção do Estado na economia e do estabelecimento do monopólio estatal de algumas atividades econômicas eram ressaltadas como soluções de cunho nacional e popular, pois, em suas páginas, nas seguidas análises sobre o conjunto dos problemas nacionais, a adoção desse receituário era constantemente prescrita: a) a revisão e a manutenção do controle do Estado sobre o setor energético; b) a destinação de maiores volumes de investimentos à Fábrica Nacional de Motores; c) as reiteradas disputas políticas para a conservação do monopólio estatal do petróleo e da defesa incontestada da Petrobrás; d) a nacionalização dos bancos estrangeiros; e) a instituição da Eletrobrás e, depois, o seu aparelhamento para melhor desempenho de suas funções; f) a nacionalização das jazidas de ferro e o controle absoluto pelo Estado de todos os minerais atômicos e estratégicos; g) a reivindicação do controle estatal exclusivo das exportações de café; h) a desnacionalização de setores estratégicos da economia brasileira, como a indústria farmacêutica; i) o combate à “penetração cultural imperialista” nos cinemas, rádios, televisão e jornal; j) a solicitação de investimentos maciços no setor agropecuário (para a superação de sua condição “rudimentar e extensiva”) e no setor industrial, visto que este não acompanhava o “ritmo de desenvolvimento técnico”, devido à ausência de indústrias de base; k) o monopólio estatal dos transportes coletivos e serviços públicos em geral. Esta plataforma política compõe uma longa lista de exemplos das principais reivindicações nacionalistas feitas pelo jornal no decorrer de sua trajetória, embora alguns dos pontos de seu programa surgissem ou se acentuassem conforme a conjuntura, de acordo com a sua capacidade de propor soluções e angariar apoio.

Durante o governo de João Goulart (1961 – 1964), o tablóide foi um dos poucos a insistir no debate contínuo e aprofundado acerca das propostas contidas no Plano Trienal preparado pelo governo. Justificava sua posição, ainda, por se apresentar favoravelmente à adoção do planejamento estatal a fim de orientar o crescimento econômico, desde que esse contasse com a participação de lideranças populares em sua formulação. Pregava, dessa forma, a convocação por parte do governo de todos os

¹⁴ *O Semanário*, Rio de Janeiro, 9-16 de jan. 1958, Edição 92.

segmentos sindicais, mesmo os patronais, para institucionalizar e divulgar com maior capilaridade social os preceitos do planejamento, pois apenas esse envolvimento “em termos democráticos” era capaz de romper o cerco e a capacidade de pressão dos grupos economicamente estabelecidos no país. A tarefa dos “setores responsáveis” do movimento nacionalista era a de disputar a participação política efetiva nos contornos e rumos do Plano Trienal e não, simplesmente, abandoná-lo por pura rejeição.

O planejamento econômico desacompanhado de uma mobilização popular que o fiscalize e sobre ele a cada passo opine, poderá vir a cristalizar-se no seu oposto, isto é, numa espécie híbrida de sistema econômico e político, extrapartidário, onde as fórmulas partidárias se acomodarão e, nos bastidores, acomodarão seus interesses, o tempo suficiente para desmoralizar a idéia de Plano, confundir e desorganizar a opinião pública, comprometer os foros do Estado como industrial e agente econômico.¹⁵

As discussões em torno das Reformas de Base já tinham se iniciado quando do retorno do jornal, após um período de seis meses com suas atividades suspensas. A sua atuação realizava-se na discussão e no encaminhamento de propostas que deviam constar nos projetos reformistas debatidos e votados pelo Congresso, posições que se concretizavam em artigos, entrevistas e editoriais, referindo-se aos diversos aspectos das reformas.¹⁶

A proposta de reforma agrária, ao aventar a possibilidade de mudar a estrutura rural brasileira, assumiu contornos explosivos. *O Semanário* acreditava que a reforma agrária era uma forma de modernizar as relações capitalistas no campo, fortalecendo o processo industrializante no país. Depreende-se desse conjunto de propostas o seu teor progressista, no sentido de alterar as relações capitalistas vigentes, garantindo, em contrapartida, às massas populares – trabalhadores, camponeses e setores militares – certos benefícios sociais, ao mesmo tempo em que orientava o “desenvolvimento nacional” para favorecer as indústrias brasileiras – e os setores “progressistas” das classes possuidoras –, compondo o painel mais amplo daquilo que julgava ser a consolidação do crescimento econômico do país.

Importa frisar, uma vez mais, que as pressões dos segmentos nacionalistas integrados pelo jornal, situados à esquerda do espectro político do período, em torno das propostas reformistas, não possuíam um caráter socialista; pelo contrário, o que se

¹⁵ *O Semanário*, Rio de Janeiro, 10-23 de jan. 1963, Edições 317-318.

¹⁶ O periódico analisou as propostas oficiais, contrastando-as com a apresentação das suas próprias, sobretudo as reformas agrária, bancária, tributária, política, universitária e urbana.

objetivava era a garantia de um “salto de qualidade” no sistema capitalista brasileiro, visando à possibilidade de uma gestão autônoma do “desenvolvimento nacional”. Tampouco firmava posição na tese de suprimir a Constituição Federal a fim de implantar as propostas reformistas, conforme se pode apreender no seguinte trecho publicado pelo jornal, quando do lançamento de um movimento nacional pró-reforma agrária, pelos trabalhadores rurais situados no Paraná: o mesmo surgiu “destinado a lutar por todos os meios que a Constituição assegura, por esta justa aspiração do povo brasileiro, imperativo, aliás, do nosso processo econômico”.¹⁷

Embora ancorado na defesa do cumprimento da Constituição em vigor para que a reforma agrária se efetivasse, dentro dos “marcos da lei e da paz social”, não aceitava contemporizar com o adiamento da reforma por conta do preceito constitucional de apenas permitir a desapropriação de terras mediante o pagamento em dinheiro e pelo “justo valor” da propriedade – o que, na prática, inviabilizava a reforma. Como defendia Oswaldo Costa:

O que interessa é que os imperialistas sejam expulsos do país, como o foram de Cuba (...) e a liquidação do latifúndio, que impede a penetração dos elementos de progresso no campo restringe o mercado interno e cerceia, portanto, a industrialização. (...) Não podemos perder tempo com excessivas "constitucionalidades", que não ocorreram aos bacharéis do Império, quando suprimiram o tráfico negreiro, libertaram os escravos sexagenários e nascituros e, finalmente, aboliram, SEM INDENIZAÇÃO, o elemento servil, sem necessidade de reformas constitucionais, muito embora a Carta do Império e seu Ato Adicional consagrassem o princípio da propriedade privada. (...) O interesse social a tudo isso, entretanto, sobrelevou.¹⁸

¹⁷ *O Semanário*, Rio de Janeiro, 3-10 de set. 1961, Edição 274. Grifos nossos.

¹⁸ *O Semanário*, Rio de Janeiro, 17 de maio 1962, Edição 281, “*A união nacional que deve ser feita*”. Em matéria saudando a nova direção da FPN (esta era composta por Sérgio Magalhães, Ferro Costa, L. Brizola, A. Barreto, N. Moreira, Garcia Filho, Bento Gonçalves, entre outros), *O Semanário* destacava o termo de compromisso firmado pela mesma em torno de alguns pontos, especialmente sobre a revisão constitucional do artigo 14, parágrafo 16, “para o efeito de permitir a desapropriação por interesse social, mediante indenização pelo valor fiscal com o pagamento em títulos da dívida pública”. *O Semanário*, Rio de Janeiro, 7-13 de fev. 1963, Edição 321. O artigo constitucional em questão previa que toda desapropriação de latifúndio improdutivo, feita sob o ponto de vista do interesse social, só seria efetivada mediante a justa indenização ao seu proprietário e que esta só poderia ser feita com pagamento prévio e em dinheiro. MENANDRO, Heloísa. “Reformas de Base”. In: ABREU, Alzira A. et al. (Coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: CPDOC / FGV, 2001, p. 4938-4941.

Contudo, ao realizar tal análise comparativa, Oswaldo Costa, esqueceu-se de apontar que aquela postura assumida pelo governo imperial brasileiro contribuiu para solapar suas bases de apoio social – da mesma forma que ocorreria no governo Goulart.

O Semanário prestou, ao longo de sua trajetória, sucessivas homenagens ao sistema democrático vigente, apesar dessas discordâncias diante de certos aspectos normativos da Constituição – daí, direcionar suas ações para promover mudanças, no marco da lei, a fim de atingir uma aceleração no grau de desenvolvimento do país. Outro ponto a ser destacado nesse caminho trilhado pelo jornal é a sua tentativa constante de arregimentar as forças sociais necessárias para que o processo de desenvolvimento brasileiro pudesse despontar, alargando, conjuntamente, as margens da democracia em vigor – como o demonstra, por exemplo, suas ações em defesa do direito de voto dos analfabetos e subalternos das Forças Armadas (assim como sua elegibilidade), o apoio às entidades sindicais “paralelas”, como a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), à Revolução Cubana e ao direito de greve dos trabalhadores.

Nesse sentido, buscava veicular os debates considerados importantes para o movimento nacionalista de forma geral e, ao mesmo tempo, publicava reportagens amparadas nitidamente em um viés pedagogicamente orientado a chamar a atenção e convocar amplas parcelas da população para ingressarem na luta contra as “forças entreguistas”, a favor de um projeto de emancipação nacional que melhorasse as condições de vida das massas em geral:

Vamos dar novamente [após o fim da campanha eleitoral] *a ênfase que sempre demos a nossa pregação especificamente doutrinária*, tratando em profundidade os grandes problemas do país e do mundo. Voltaremos a editar a seção estudantil e a seção internacional e passaremos a consagrar um espaço substancial aos assuntos dos Estados, ampliando, inclusive, nossa linha de colaboradores. Em suma: O SEMANÁRIO, que já vai para o seu quinto ano de existência, multiplicará os seus esforços para continuar a ser "um jornal que vale por um livro" [slogan do jornal], no esclarecimento da opinião pública, no combate à exploração imperialista e na defesa dos interesses reais do povo brasileiro.¹⁹

Essa função de publicizar o debate político e difundir as informações e ações desempenhadas pelo Estado, governos e distintos agentes sociais surgia como característica destacada de *O Semanário*. Sua participação ativa no cenário político brasileiro aponta para as possibilidades que um jornal, enquanto ator político, pode

¹⁹ *O Semanário*, Rio de Janeiro, 15-21 de out. 1960, Edição 232. Grifos nossos.

desempenhar nos próprios rumos desse processo social. Ao engendrar a postura de disseminar e socializar os processos sociais que movimentavam as distintas classes e suas frações naquele período histórico, *O Semanário* contribuía para “desprivatizar, socializar o âmbito da política, rompendo ou reduzindo os laços diretos entre propriedade e representação social e política”.²⁰ Conforme defendia em editorial publicado em 1956:

*O povo precisa estar a par da política econômica do país, através de exposições, feitas em estilo simples didático, ao alcance de todos, dos fatos com ela relacionados. O povo precisa saber, portanto, como e quando essa política serve ou “desserve” seus interesses. E também estar atento ao que se passa no mundo misterioso dos negócios, onde a sua sorte e a de seu país são diariamente jogadas pelos grupos que manipulam a economia e as finanças da nação. Os leigos, à falta de um serviço dessa natureza, ignoram geralmente o que existe por detrás da cortina de cifras e cifrões que oculta a seus olhos a realidade da vida econômica brasileira em conexão com interesses que poucas vezes coincidem com a realidade e são causa de fenômenos e perturbações, aparentemente inexplicáveis para eles.*²¹

A própria atuação engajada de *O Semanário* na tarefa de difundir e orientar os debates em torno de problemas do processo social em curso e que, portanto, afetavam a vida do conjunto da população, contribuiu para alçar o patamar de conscientização e atuação política de consideráveis segmentos sociais. Os constantes e múltiplos debates protagonizados pelo jornal contribuíram para torná-lo um dos principais atores políticos daquele período histórico, cumprindo duas funções complementares e concomitantes: ser um suporte para a difusão de ideais e propostas nacionalistas frente às mais diversas questões nacionais e ponto de união entre diferentes segmentos nacionalistas do panorama político da época.

Sua atuação política rendeu uma interessante nota que contribui para dar uma ideia da existência engajada do jornal. Em sua derradeira edição, logo após o importante comício da Central do Brasil, ocorrido em 13 de março de 1964,²² *O Semanário*

²⁰ FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005, p. 180.

²¹ *O Semanário*, Rio de Janeiro, 5-12 de jul. 1956, Edição 14, “Política econômica e negócios”. A Direção. Grifos nossos.

²² Organizado pela Confederação Geral dos Trabalhadores, a fim de demonstrar o apoio de amplos setores da população às propostas das Reformas de Base do governo Goulart, tal manifestação contou com a participação de duzentas mil pessoas reunidas no Rio de Janeiro. Durante a sua realização, várias personalidades políticas discursaram e Goulart anunciou várias medidas, dentre elas, a promulgação do decreto da SUPRA (Superintendência de Política Agrária) que previa a desapropriação das propriedades

afirmava que era o momento de se efetivar as medidas para o “progresso do Brasil” e junto com algumas palavras de ordem (“*CGT adverte: impeachment será a senha para a greve geral nacional*”; “*13 de março é o começo de um novo processo histórico*”; “*Não basta encampar as refinarias – chegou a hora de arrancar das mãos dos ianques o monopólio da distribuição dos produtos petrolíferos*”), trazia à primeira página, a seguinte informação:

O SEMANÁRIO NÃO CIRCULARÁ NA PAIXÃO. Como faz todos os anos, O Semanário não circulará na próxima semana, em virtude dos feriados religiosos da Paixão. Voltaremos às bancas no próximo dia 2 de abril, com uma edição comemorativa de nosso oitavo aniversário de existência – oito anos a serviço das causas populares e da libertação do Brasil.²³

A comemoração nunca chegou a acontecer, pois em suas primeiras horas, os golpistas ensejaram a suspensão da edição e circulação de vários periódicos considerados “subversivos”, dentre eles *O Semanário*, que, no decorrer dos acontecimentos, com sua edição já pronta para rodar na oficina do jornal “*Tribuna da Imprensa*”, não pode ser impresso. Sua redação foi invadida e depredada no primeiro dia de abril de 1964. No dia 14 do mesmo mês, o “Comando Revolucionário” publicava decreto que cassava os direitos políticos de diversos civis e militares. Na lista, estavam alguns dos nomes que empunharam diversas lutas através das páginas do jornal: Nelson Werneck Sodré, Alberto Guerreiro Ramos, José Saldanha da Gama Coelho Pinto, Ênio Silveira, Edmar Morel e o próprio Oswaldo Costa.²⁴

No entanto, Oswaldo Costa ainda reuniu forças para lançar o *Jornal Semanal*, no intuito de denunciar as arbitrariedades perpetradas pelos golpistas e o sentido geral daquele acontecimento. Euzébio Rocha, parlamentar responsável pelo projeto que propusera a criação da Petrobrás, assumiu, simbolicamente, a direção do periódico clandestino; Barbosa Lima Sobrinho redigiu artigos; Edmar Morel se responsabilizou em recolher os materiais no esconderijo de Costa para impressão nas oficinas da *Gazeta de Notícias*; enquanto o próprio Oswaldo Costa procurou angariar fundos para esta empreitada. A duração do novo periódico foi deveras breve (apenas três edições), resultante de uma combinação de fatores: oficinas de impressão e bancas se recusavam

de terras que possuíssem mais de cem hectares e estivessem localizadas às margens de rodovias, ferrovias e açudes federais.

²³ *O Semanário*, Rio de Janeiro, 19 de mar./1 de abr. 1964, Edição 376.

²⁴ VICTOR, Mario. *Cinco anos que abalaram o Brasil: de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 553 – 554.

a receber o jornal e Oswaldo Costa, perseguido pelos órgãos de repressão, foi obrigado a se refugiar.²⁵

Dessa forma, incentivando a mobilização social, *O Semanário* contribuiu para o estado de ativação popular nas áreas urbanas e rurais do país.²⁶ O jornal não apenas tomou parte ativa no conjunto de acontecimentos que marcaram o rumo do processo político brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, como buscou, incessantemente, influenciá-lo no sentido de construir e consolidar, de forma coletiva, uma proposta de emancipação nacional.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alzira A. et al. (Coords.). In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: CPDOC / FGV, 2001.
- ABREU, Alzira A. de e LATTMAN-WELTMAN, Fernando. “Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954”. In: GOMES, Ângela de C. (Org.) *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- ALMEIDA, L. F. R. de. *Ideologia nacional e Nacionalismo*. São Paulo: EDUSC, 1995.
- _____. *Uma ilusão de desenvolvimento: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- DREIFUSS, René A. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, M. de Moraes. "O Semanário". In: ABREU, Alzira A. et al. (Coords.). In: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: CPDOC / FGV, 2001, p. 5345.
- FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- LEMO, Renato. “Justiça militar e processo político no Brasil (1964 – 1968)”. In: *1964-2004: 40 anos do golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras; FAPERJ, 2004, p. 282 – 289.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *O palácio e a caserna. A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964 – 1969)*. São Carlos (SP): Editora da UFSCar, 1995.
- MELO, Demian Bezerra de. *O Plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. Dissertação (Mestrado em História), Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

²⁵ MOREL, Edmar. *Op. cit.*, p. 245-246.

²⁶ Tomamos de empréstimo a expressão utilizada por Guillermo O'Donnell.

- MENANDRO, Heloísa. "Reformas de Base". In: ABREU, Alzira A. et al. (Coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – pós-1930*. 2ª edição revista e atualizada. Rio de Janeiro: CPDOC / FGV, 2001, pp. 4938 – 4941.
- MOREL, Edmar. *Histórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- O'DONNELL, Guillermo. *Reflexões sobre os Estados Burocrático-autoritários*. São Paulo: Vértice, 1987.
- PEIXOTO, A. C. "O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945 – 1964)". In.: ROUQUIÉ, A. (Coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s/d. pp. 71 – 113.
- RAMOS, P. de Abreu. "A imprensa nacionalista no Brasil". In: ABREU, Alzira Alves et al. *A imprensa em transição*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 61-140.
- SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- VICTOR, Mario. *Cinco anos que abalaram o Brasil: de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

O Brasil e a não-proliferação, o desarmamento e o uso pacífico da energia nuclear (2003-2010)

Diego Santos Vieira de Jesus*

Resumo:

O objetivo do artigo é examinar as posições defendidas pelo Brasil durante a administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) quanto à não-proliferação, ao desarmamento e ao controle de armas nucleares. O argumento central aponta que o Brasil almejava pressionar os Estados detentores de armas nucleares para que cumprissem suas obrigações de desarmamento, enquanto procurava preservar a autonomia para desenvolver atividades nucleares pacíficas.

Palavras-chave: Brasil, não-proliferação, desarmamento, armas nucleares, energia nuclear.

Abstract:

The objective is to examine the positions adopted by Brazil under Lula's administration (2003-2010) on nuclear non-proliferation, disarmament and arms control. The central argument indicates that Brazil aimed to pressure the nuclear-weapon states to fulfill their disarmament obligations, while sought to preserve autonomy to develop peaceful nuclear activities.

Keywords: Brazil, non-proliferation, disarmament, nuclear weapons, nuclear energy.

Durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil procurou atenuar tendências unilaterais de grandes potências, fortalecer as relações que poderiam ampliar seu peso na barganha política em fóruns internacionais – contribuindo para sua defesa da reforma das Nações Unidas e a conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança da organização – e criar melhores condições para a interação tecnológica voltada para a promoção do desenvolvimento. À luz da aceleração da globalização, da consolidação da interdependência e da busca de “autonomia pela diversificação” dos laços diplomáticos, o Brasil durante a administração Lula intensificou as relações com potências intermediárias, como a Índia e a África do Sul.

* Doutor em Relações Internacionais e professor da Graduação e da Pós-Graduação *lato sensu* em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI / PUC-Rio). E-mail: dsvj@puc-rio.br.

Ao mesmo tempo, sustentou uma posição de defesa da soberania de maneira mais enfática.¹

Cabe questionar se e como esses elementos se refletiram na posição brasileira quanto aos temas relacionados à não-proliferação, ao desarmamento e ao controle de armas nucleares no mundo contemporâneo, tendo em vista o maior destaque assumido pelo país nas discussões sobre tais assuntos. Em maio de 2010, o Brasil ganhou destaque ao mediar, junto com a Turquia, um acordo na direção de um maior entendimento acerca das atividades nucleares iranianas. Embora grandes potências como os EUA tivessem elogiado o que entendiam como esforços sinceros do Brasil e da Turquia na mediação, elas viam que, na Declaração de Teerã, o Irã aceitara depositar urânio de baixo enriquecimento na Turquia mediante o envio de combustível nuclear para o reator científico em Teerã pelo Grupo de Viena – composto pelos EUA, Rússia, França e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) – a fim de escapar da pressão das potências ocidentais. Essas buscaram novas sanções contra tal país no Conselho de Segurança e viram que a Declaração de Teerã não lidava, por exemplo, com a produção ou a retenção de urânio enriquecido a 19,75% pelo Irã. O Brasil também acreditava que as potências nucleares como os EUA e a Rússia deveriam reafirmar suas obrigações quanto ao desarmamento nuclear sob o Artigo VI do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), apesar dos desafios à segurança trazidos por falhas na implementação de medidas de não-proliferação por algumas partes do tratado.

O objetivo deste artigo é examinar as posições defendidas pelo Brasil durante a administração Lula quanto à não-proliferação, ao desarmamento e ao controle de armas nucleares. O argumento central que pretendo desenvolver aponta que o Brasil consolidava aspirações presentes em momentos anteriores e desejava encabeçar esforços para ampliar o diálogo entre os Estados nuclearmente e não-nuclearmente armados a fim de reforçar sua posição como um solucionador de disputas e se beneficiar em termos da maior participação nos fóruns internacionais, em particular da ampliação de sua atuação no desenvolvimento de regras e normas que contivessem ações unilaterais de grandes potências e preservassem a flexibilidade para a articulação dos interesses de países emergentes. O país almejava pressionar os Estados nuclearmente

¹ VIGEVANI, T. & CEPALUNI, G. “Lula’s foreign policy and the quest for autonomy through diversification”. *Third World Quarterly*, 2007, v. 28, n. 7, p. 1309-1326.

armados para que cumprissem suas obrigações de desarmamento, enquanto procurava preservar a autonomia para desenvolver atividades nucleares pacíficas.

O Brasil e os temas nucleares antes de Lula

Na década de 1940, em resposta ao Plano Baruch² – que, na prática, garantia aos EUA o monopólio da tecnologia e das matérias-primas nucleares no mundo ocidental –, o almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva, representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica da Organização das Nações Unidas (ONU), propôs ao governo do Brasil a Linha de Compensação Específica, com a venda de materiais físséis por preços justos apenas em troca de assistência técnica em termos de treinamento, tecnologia e equipamentos.³ A partir do início da década de 1950, o governo brasileiro passou a procurar controlar as exportações de minérios nucleares, definir reservas e estoques estratégicos e estimular ainda mais a tecnologia nacional no setor. Dentre as principais iniciativas tomadas naquele momento, cabe destacar a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), em 1951.

Ainda na década de 1950, o almirante Álvaro Alberto adquiriu três ultracentrífugas em negociações com a Alemanha Ocidental, mas a entrega foi vetada pelos EUA. O acordo de cooperação nuclear sob o Programa Átomos para a Paz⁴ facilitou a aquisição de reatores de pesquisa pelo Brasil.⁵ Foram estabelecidas no governo Café Filho (1954-1955) diretrizes precisas para o programa nuclear, colocando-

² O Plano Baruch vislumbrava o estabelecimento de uma autoridade internacional para controlar as atividades nucleares potencialmente perigosas, licenciar todas as outras e executar inspeções abrangentes. As decisões dessa autoridade não estariam sujeitas ao veto do Conselho de Segurança. Os membros do Executivo soviético rejeitaram tal plano, pois viram a ideia de eliminar o veto do Conselho como uma forma de os norte-americanos poderem utilizar as Nações Unidas para organizar empreitadas militares contra a URSS, além de que qualquer inspeção efetiva – sem contar o controle das instalações nucleares – inevitavelmente implicaria a abertura de uma brecha considerável na “Cortina de Ferro”. O Brasil também se opôs ao Plano Baruch. WHEELER, M. O. “A history of arms control”. In: LARSEN, J.A. (Ed.) *Arms control: cooperative security in a changing environment*. Londres, Boulder: Lynne Rienner Publishers. 2002, p.19-39.

³ MARZO, M. A. S. & ALMEIDA, S. G. *A evolução do controle de armas: desarmamento e não-proliferação*. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2006, p.191-192.

⁴ O Programa Átomos para a Paz visava à distribuição de tecnologia, materiais e *know-how* nucleares para países com pesquisas menos avançadas para uso pacífico sob supervisão internacional. WHEELER, M. O. *Op. cit.*.

⁵ KNOBEL, M.; BELISÁRIO, R. & CAPOZOLI, U. “A confusa política nuclear brasileira”. *Energia nuclear: custos de uma alternativa*, 2000. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/nuclear/nuclear09.htm>. Acesso em: 27 abr. 2011.

se o CNPq como executor e se definindo parâmetros mais específicos para prospecção mineral, montagem e operação de centrais nucleares e participação condicionada de outros países.⁶ Posteriormente, foram criados, durante o governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) como órgão gerador da política nuclear e o Instituto de Energia Atômica (IEA), na USP – futuramente transformado no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen) –, para a pesquisa e a formação de pessoal.⁷

Na década de 1960, o governo João Goulart (1961-1964) estabeleceu o monopólio da União sobre a pesquisa e a lavra das jazidas de minérios nucleares localizados no território nacional e a produção de materiais nucleares e suas industrializações. No regime militar, o Brasil defendera, durante as negociações do Tratado de Tlatelolco para a proibição do desenvolvimento de armas nucleares na América Latina e no Caribe, condições muito estritas para sua entrada em vigor. Embora o Brasil tivesse assinado o tratado em 1967, ele não abandonou a condição de ratificação universal antes de sua adesão.⁸ O Brasil também se recusou a realizar a acessão ao TNP, pois militares e membros do Itamaraty consideravam o tratado discriminatório. Eles acreditavam que o documento limitava o desenvolvimento tecnológico dos Estados não-nuclearmente armados.⁹

Em 1968, o governo brasileiro decidiu ingressar no campo da produção da energia nucleoe elétrica. A companhia norte-americana Westinghouse forneceu o primeiro reator nacional de água pressurizada da Central Nacional Almirante Álvaro Alberto. Começou em 1972, em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, a construção da usina de Angra 1, cuja potência elétrica bruta é 640 megawatts hoje e cuja operação comercial foi iniciada em 1985.¹⁰ Porém, o país não conseguiu se libertar da dependência tecnológica em relação aos EUA no contexto da Guerra Fria. O governo de Ernesto Geisel (1974-1979) criou a Empresas Nucleares Brasileiras S.A. (Nuclebrás). Ao longo de sua administração, o presidente gradativamente procurou fortalecer o programa nuclear brasileiro em face da falta de disposição norte-americana de transferir

⁶ MARZO, M. A. S. & ALMEIDA, S. G. *Op. cit.*, p.192.

⁷ *Ibidem*, p.193.

⁸ RUBLEE, M.R. “The nuclear threshold states: challenges and opportunities posed by Brazil and Japan”. *The Nonproliferation Review*, 2010, v. 17, n. 1, p. 5-51.

⁹ SQUASSONI, S. & FITE, D. “Brazil as litmus test: Resende and restrictions on uranium enrichment”. *Arms Control Today*, 2005, v.35, n. 8. Disponível em: http://www.armscontrol.org/act/2005_10/Oct-Brazil. Acesso em: 20 maio 2010.

¹⁰ KNOBEL, M.; BELISÁRIO, R. & CAPOZOLI, U. *Op. cit.*

tecnologia e da maior pressão para a acessão brasileira ao TNP.¹¹ A diversificação de parceiros para o desenvolvimento do programa nuclear tornava-se prioritária naquele momento, e a Alemanha Ocidental era promissora. Os dois países assinaram em 1975 o Acordo Nuclear Brasil – República Federal da Alemanha, que previa a construção de dois reatores de potência no Brasil e trazia planos para mais seis, bem como instalações para o processamento, conversão, enriquecimento e reprocessamento do urânio. Somente uma das usinas nucleares previstas foi concluída até hoje – Angra 2, que começou a operar comercialmente em 2001 e cuja potência elétrica bruta é 1.350 megawatts hoje –, e sua construção foi atrasada após períodos de paralisação. Houve indicações de superfaturamento na sua instalação.¹² Os EUA convenceram a Alemanha Ocidental a requerer salvaguardas sobre a tecnologia transferida.

A fim de reduzir a dependência em relação ao auxílio estrangeiro, evitar limitações criadas pelas salvaguardas internacionais e desenvolver alternativas em face das evidências de que o processo alemão de enriquecimento por jatos centrífugos não era tão eficiente, o Brasil deu início em 1979 ao “Programa Nuclear Paralelo”. Basicamente, o programa autônomo visava a eliminar vulnerabilidades nas áreas sensíveis e de materiais pela substituição das importações de equipamentos, materiais, instrumentos e radioisótopos e pelo desenvolvimento de instalações em escala semi-industrial.¹³ O programa da Marinha buscava desenvolver um reator pequeno de água leve para propulsão de submarinos e uma capacidade doméstica de enriquecimento de urânio pelo processo de ultracentrifugação.¹⁴ O Exército e a Aeronáutica também tiveram seus programas nucleares, o primeiro para desenvolver um grande reator moderado a grafite – que poderia produzir plutônio usável em armas nucleares – e o segundo para enriquecimento a *laser* e reatores regeneradores.¹⁵ O maior êxito de tal

¹¹ SQUASSONI, S. & FITE, D. *Op. cit.*

¹² *Ibidem.*

¹³ MARZO, M. A. S. & ALMEIDA, S. G. *Op. cit.*, p.195.

¹⁴ Atualmente, existem dois processos de enriquecimento do urânio que são usados em escala industrial: a difusão gasosa e a ultracentrifugação. A difusão gasosa é usada pelos EUA e pela França. A ultracentrifugação é utilizada no Japão, Rússia, Alemanha, Inglaterra e Holanda – nesses três últimos, pela URENCO. A China faz uso de ambos os processos de enriquecimento. ELETRONUCLEAR. *Guia de pronta resposta*, 2011. Disponível em: http://www.eletronuclear.gov.br/perguntas_respostas/GUIA_2011.pdf. Acesso em: 26 abr. 2011.

¹⁵ SQUASSONI, S. & FITE, D. *Op. cit.*

programa fora divulgado em 1987 durante a administração de José Sarney (1985-1990): o domínio da tecnologia de enriquecimento de urânio por ultracentrifugação.¹⁶

No âmbito da maior aproximação com a Argentina, uma série de iniciativas foi desenvolvida desde o início da década de 1980. Uma das primeiras iniciativas data de 1980: a assinatura do Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, que visava criar condições para maior conhecimento recíproco dos programas nucleares em face das crescentes restrições ao acesso à alta tecnologia, bens e serviços nucleares mundialmente. A partir de então, declarações conjuntas foram desenvolvidas sinalizando o progresso na construção de transparência entre os dois países, como a Declaração do Iguazu e a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear de 1985. A primeira ressaltava o papel da ciência e da tecnologia nucleares no desenvolvimento econômico e social, e a segunda estabelecia um grupo de trabalho conjunto para a promoção do desenvolvimento nuclear para fins pacíficos. As Declarações de Brasília (1986) e de Viedma (1987) reforçaram a cooperação: a primeira intensificava a troca de informações na área de energia nuclear; a segunda assinalava a possibilidade de cooperação técnica a partir da integração das indústrias nucleares. O grupo de trabalho conjunto criado em 1985 transformou-se em Comitê Permanente sobre Política Nuclear com a Declaração de Iperó, de 1988, a fim de ampliar a transparência entre os programas nucleares dos dois países – tornando mais remotas as suspeitas sobre os fins militares das atividades nucleares de Brasil e Argentina – e reforçar a cooperação técnico-científica.¹⁷ A Declaração de Ezeiza (1988) expressava a intenção dos dois países de desenvolverem um projeto comum de reatores regeneradores rápidos.¹⁸

Em 1990, o Brasil sob a administração do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) fechou instalações para testes nucleares numa base da Aeronáutica na Serra do Cachimbo, no Pará. Os programas nucleares do Exército e da Aeronáutica foram finalizados em face da redefinição das prioridades de gastos do governo democrático. Dando prosseguimento ao processo de aproximação na esfera nuclear, o

¹⁶ MARZO, M. A. S. & ALMEIDA, S. G. *Op. cit.*, p.195.

¹⁷ ABACC. “A criação da ABACC”. *ABACC website*, s.d. Disponível em: http://www.abacc.org/port/abacc/abacc_historia.htm. Acesso em: 27 abr. 2011.

¹⁸ VARGAS, E. V. “Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do Mercosul”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 1997, v. 40, n. 1. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291997000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 abr. 2011.

Brasil fortaleceu a cooperação com a Argentina no Comunicado de Buenos Aires – que ressaltou a importância dos programas nucleares dos dois países e sinalizou o interesse em aprofundar a cooperação – e na Declaração de Política Nuclear Comum Brasileiro-Argentina de Foz do Iguaçu – que aprovou um Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC) –, em 1990.¹⁹ Em 1991, com o Acordo de Guadalajara para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear que estabeleceu um sistema de inspeções mútuas, o Brasil e a Argentina criaram a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) para desenvolver uma nova perspectiva para a cooperação e a integração entre os dois antigos rivais. Brasil, Argentina, ABACC e AIEA assinaram o Acordo Quadripartite para Aplicação de Salvaguardas em 1991, em vigor desde 1994.

O decreto que promulgou o Tratado de Tlatelolco entrou em vigor em 1994, e, em 1998, durante a administração do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o país realizou a adesão ao TNP baseado no entendimento de que medidas seriam tomadas a fim de eliminar as armas nucleares nos arsenais das grandes potências nucleares.²⁰ O Brasil também ratificou o Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (*Comprehensive Test Ban Treaty*, CTBT), no mesmo ano. Em 1997, foi criada a Eletronuclear, subsidiária da Eletrobrás responsável pela operação e construção de usinas term nucleares no país.²¹

No nível externo, o Brasil durante o governo de Fernando Henrique Cardoso procurou implementar uma agenda internacional proativa baseada na busca de “autonomia pela participação”. O país poderia enfrentar desafios internacionais se contribuísse mais para o processo de elaboração de normas e regras multilaterais, redirecionasse o ambiente internacional dentro dos limites de seu poder e se ajustasse pragmaticamente aos interesses de outros Estados por meio da participação em regimes mais favoráveis aos seus interesses.²² O Brasil, durante a administração Lula, manteve a ênfase no multilateralismo e na importância de normas e regras internacionais em

¹⁹ ABACC. *Op. cit.*

²⁰ SQUASSONI, S. & FITE, D. *Op. cit.*

²¹ MARZO, M. A. S. & ALMEIDA, S. G. *Op. cit.*, p.195-196; KNOBEL, M.; BELISÁRIO, R. & CAPOZOLI, U. *Op. cit.*

²² VIGEVANI, T. & OLIVEIRA, M. “Brazilian foreign policy in the Cardoso Era: the search for autonomy through integration”. *Latin American Perspectives*, 2007, v. 34, n. 5, p. 58-80.

resposta aos desafios de um mundo mais interdependente, mas defendeu mais enfaticamente o conceito de soberania nacional e a busca por liderança, que poderia ser alcançada por meio de uma ação diplomática mais dinâmica.²³ Esses aspectos ficaram especialmente evidentes nas posições brasileiras quanto à não-proliferação e ao desarmamento nucleares de 2003 a 2010.

O uso pacífico da energia nuclear e a não-proliferação nuclear no Governo Lula

No âmbito da não-proliferação, Lula reiterou que a pesquisa nuclear no Brasil tinha propósitos pacíficos constitucionalmente definidos e que o país respeitava os principais acordos regionais e multilaterais, em especial as provisões da ABACC e da AIEA. O Brasil também consolidou sua participação no Grupo dos Supridores Nucleares, um conjunto de países que objetivam contribuir aos esforços de não-proliferação por meio da adoção de orientações para as exportações de material nuclear de acordo com os requerimentos de licenças de exportação nacional. Essas orientações são implementadas de acordo com as leis nacionais e oferecem apoio aos esforços internacionais para a não-proliferação de armas de destruição em massa. O Brasil assumiu a presidência do grupo em 2006 e defendeu que os controles sobre tecnologias nucleares não deveriam interferir nos usos legítimos da energia nuclear, nem redundar na criação de exigências adicionais para os Estados que já cumprissem seus compromissos de não-proliferação.

Apesar de constantes pressões por parte dos EUA, o Brasil recusou-se a aderir ao Protocolo Adicional ao Acordo com a AIEA para a Aplicação de Salvaguardas, principalmente porque as extensões das salvaguardas exigidas pelo Protocolo poderiam ampliar o número de atividades que deveriam ser declaradas à AIEA e criar problemas para a segurança da tecnologia de centrífugas independentemente desenvolvidas no país e os interesses comerciais relacionados a tal tecnologia. Mesmo reconhecendo o valor das instituições internacionais, as autoridades brasileiras defendiam que o fortalecimento do sistema de salvaguardas não era sustentável sem desenvolvimentos positivos paralelos pelos Estados nuclearmente armados nas áreas de controle de armas e de desarmamento nucleares.²⁴

²³ VIGEVANI, T. & CEPALUNI, G. *Op. cit.*

²⁴ RUBLEE, M. R. *Op. cit.*, p. 54.

Em 2004, o Brasil usou coberturas visuais que não permitiram aos inspetores da AIEA verificar detalhes das ultracentrífugas na Fábrica de Combustível Nuclear em Resende, no Rio de Janeiro.²⁵ Embora o Brasil tivesse melhorado seu desempenho na área de não-proliferação nuclear, a rejeição a inspeções visuais totais não apenas ampliou suspeitas sobre as intenções do programa nuclear brasileiro, mas criou um precedente para que outros países – especialmente aqueles que tinham realmente interesse em esconder aspectos controversos de seus programas – exigissem as mesmas concessões.²⁶ Enquanto o Brasil dizia temer a espionagem de sua suposta tecnologia inovadora de enriquecimento e reiterava que o país mantinha seu compromisso aos elementos básicos do TNP, a AIEA desejava acesso às instalações brasileiras a fim de garantir que o país estava enriquecendo urânio a níveis mais baixos para reatores civis, não a altos níveis para material explosivo utilizado em armas nucleares.²⁷

O Brasil aceitou o monitoramento da entrada e saída do urânio da fábrica de Resende. Os inspetores posteriormente foram autorizados a ver tubulações e válvulas, e outros componentes foram escondidos por trás de painéis, enquanto a AIEA não mais solicitaria acesso irrestrito às instalações brasileiras.²⁸ Um acordo foi aparentemente alcançado: o Brasil poderia manter coberturas no primeiro módulo e deveria redesenhar os revestimentos dos três módulos subsequentes.²⁹ O principal objetivo brasileiro naquele momento era desenvolver parâmetros para as inspeções.

A Estratégia Nacional de Defesa de 2008 reiterou a busca brasileira pelo desenvolvimento de sua capacidade de projetar e fabricar um submarino de propulsão nuclear e acelerar investimentos e parcerias a fim de completar seu programa, sendo a determinação brasileira reforçada diante da necessidade de proteção de reservas de petróleo descobertas na camada pré-sal. Membros do governo Lula acreditavam

²⁵ FLEMES, D. “Brazil’s nuclear policy: from technological dependence to civil nuclear power”. *GIGA Working Papers*, 2006, n. 23, p. 22-23. Disponível em: http://www.giga-hamburg.de/dl/download.php?d=/content/publikationen/pdf/wp23_flemes.pdf. Acesso em: 20 maio 2010.

²⁶ RUBLEE, M. R. *Op. cit.*, p. 55.

²⁷ APPLGARTH, C. “Brazil permits greater IAEA inspection”. *Arms Control Today*, 2004, v. 34, n.9. Disponível em: http://www.armscontrol.org/act/2004_11/Brazil. Acesso em: 20 maio 2010.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ SQUASSONI, S. & FITE, D. *Op. cit.*

inclusive que os submarinos de propulsão nuclear poderiam ser importantes na busca de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.³⁰

No nível internacional, a ampliação da cooperação nuclear com a Argentina para o desenvolvimento de um projeto de reator e a criação de uma companhia binacional para a produção de urânio enriquecido em escala industrial e a revitalização da ABACC eram esforços que garantiam à comunidade internacional que o programa nuclear brasileiro não era voltado para a produção de armas nucleares. Segundo Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do governo Lula entre 2003 e 2010, “países que têm programas militares não têm projetos conjuntos para uma bomba nuclear”.³¹ O Brasil também defendeu que partes do TNP que não tinham armas nucleares eram dotadas do direito de desenvolver atividades nucleares pacíficas, inclusive o Irã.

A forma de cooperação proposta pelo Brasil com o Irã seria mais voltada para a tentativa de acomodação das reivindicações iranianas e a busca de construção de confiança por meio da inserção de maior flexibilidade no diálogo e nos resultados. Muitas autoridades nos EUA e na União Europeia inicialmente até esperavam que o Brasil pudesse trazer algumas de suas preocupações nas conversações com as lideranças iranianas. Formuladores da política externa brasileira defenderam que, embora o Brasil rejeitasse a linha dura adotada pelos EUA e por membros da União Europeia e o Irã tivesse o direito de desenvolver um programa nuclear pacífico, os líderes iranianos também deveriam cumprir suas obrigações internacionais sob o TNP e garantir à comunidade internacional que seu programa tinha propósitos pacíficos.

A Declaração de Teerã foi criticada pelos EUA e pela União Europeia por não lidar com a continuação da produção de urânio enriquecido a 19,75% no Irã. Ademais, as autoridades iranianas poderiam requerer o retorno do urânio de baixo enriquecimento depositado na Turquia se as provisões da declaração não fossem respeitadas. O principal problema, de acordo com as grandes potências ocidentais, era a falta de definições específicas sobre situações consideradas violações, de forma que o Irã poderia solicitar o retorno de seu urânio de baixo enriquecimento a qualquer momento. Contudo, os líderes brasileiros ressaltaram que a Declaração de Teerã jamais fora imaginada como a

³⁰ DIEHL, S. & FUJII, E. “Brazil's New National Defense Strategy Calls for Strategic Nuclear Developments”. *NTI website*, 2009. Disponível em: http://www.nti.org/e_research/e3_brazil_new_nuclear_defense.html#fnB6. Acesso em: 29 out. 2011.

³¹ *Ibidem*.

solução definitiva do problema iraniano, mas como uma medida de construção de confiança destinada a assentar bases para uma solução negociada.³²

O controle de armas e o desarmamento nuclear no Governo Lula

A posição do Brasil na área de controle de armas e de desarmamento nucleares é caracterizada pela defesa da redução do papel das armas nucleares na política de segurança das potências nuclearmente armadas. Desde 1998, o Brasil desenvolveu a cooperação com demais membros da Coalizão da Nova Agenda – Nova Zelândia, Egito, Irlanda, México, África do Sul e Suécia. Tais Estados estavam preocupados com a falta de progresso no que dizia respeito ao desarmamento nuclear após a extensão do TNP por tempo indeterminado e desejavam construir um novo estágio para a discussão multilateral sobre essas questões. Uma importante função da Coalizão foi a construção de conexões entre os Estados nuclearmente armados e o Movimento dos Países Não-Alinhados nas discussões sobre desarmamento nuclear. Embora os membros da Coalizão reconhecessem que desafios como as organizações terroristas e os Estados que apoiavam esses grupos e tinham programas de armas de destruição em massa despertassem mais atenção ao pilar de não-proliferação no TNP, a luta contra essas ameaças não deveria ser desenvolvida à custa do desarmamento nuclear. Na visão dos membros da Coalizão, os Estados nuclearmente armados tinham que honrar os compromissos que assumiram sob o Artigo VI do TNP de negociar medidas efetivas relacionadas ao desarmamento nuclear, além de não criar condições para ameaçar a segurança dos Estados não-nuclearmente armados. Como um dos membros mais atuantes da Coalizão da Nova Agenda, o Brasil enfatizou que os objetivos de desarmamento e não-proliferação nucleares reforçavam-se mutuamente: se Estados não-nuclearmente armados tivessem garantias de que armas nucleares não estavam sendo desenvolvidas ou direcionadas para eles, eles não se sentiriam estimulados a desenvolver suas próprias.³³

³² JESUS, D.S.V. “Building Trust and Flexibility: A Brazilian View of the Fuel Swap with Iran”. *The Washington Quarterly*, 2011, v.34, n.2, p. 64-66.

³³ RUBLEE, M. R. *Op. cit.*, p.51.

Embora muitos especialistas pensassem que a Coalizão da Nova Agenda começara a se esfacelar logo após o estabelecimento, na Conferência de Exame do TNP de 2000, dos “Treze Passos Práticos” para os esforços sistemáticos e progressivos para a implementação do Artigo VI do tratado³⁴, o Brasil sob a administração Lula tentou cooperar mais com seus parceiros na Coalizão a fim de produzir declarações conjuntas nas quais esses Estados pressionassem para que as armas nucleares fossem retiradas do alerta, desativadas e eliminadas. Eles também defenderam a separação das ogivas nucleares dos vetores. O Brasil e os demais membros da Coalizão da Nova Agenda apoiaram o CTBT e reiteraram que os Estados não deveriam desenvolver novas armas nucleares ou armas nucleares com novas capacidades militares.³⁵

Nas reuniões do Comitê Preparatório da Conferência de Exame do TNP de 2010, o Brasil concordou com outros membros da Coalizão da Nova Agenda que algumas áreas requeriam atenção urgente no ciclo de revisão do tratado, por exemplo, a universalidade do documento – especialmente formas de fazer com que a Índia, o Paquistão e Israel participassem dos compromissos de desarmamento nuclear –, reduções nas forças nucleares, garantias de segurança, a entrada do CTBT em vigor – e a manutenção da moratória de testes de armas nucleares ou outras explosões nucleares –

³⁴ Foram estabelecidos na Conferência de Exame do TNP de 2000 os “Treze Passos Práticos” para os esforços sistemáticos e progressivos para a implementação do Artigo VI. Esses compromissos resultaram dos apelos da Coalizão da Nova Agenda e requeriam 1) a entrada em vigor do CTBT; 2) a moratória dos testes nucleares até a entrada deste tratado em vigor; 3) a negociação de um Tratado de Proibição da Produção de Materiais Físseis para armas nucleares ou outros explosivos nucleares (*Fissile Material Cutoff Treaty* (FMCT)) não-discriminatório, multilateral e efetivamente verificável; 4) o estabelecimento, na Conferência do Desarmamento, do corpo subsidiário para desarmamento nuclear; 5) a aplicação do princípio da irreversibilidade às medidas de desarmamento e redução nucleares; 6) o empreendimento inequívoco de eliminação total dos arsenais nucleares; 7) a entrada em vigor do segundo Tratado sobre Redução de Armas Ofensivas Estratégicas (*Strategic Arms Reduction Treaty* (START II)), a assinatura do START III e o fortalecimento do Tratado sobre Limitação de Sistemas Antimísseis Balísticos (*Anti-Ballistic Missile Treaty* (ABM)); 8) a implementação da Iniciativa Trilateral entre os EUA, a Rússia e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); 9) a tomada de medidas como reduções unilaterais, transparência sobre capacidades e a implementação de reduções sob o Artigo VI, reduções de armas nucleares não-estratégicas, diminuição do *status* operacional de armas nucleares e de seu papel nas políticas de segurança para minimizar os riscos de seu uso e o engajamento dos Estados nuclearmente armados no processo que conduz à eliminação total de armas nucleares; 10) a submissão do excesso de material fissil para armas à AIEA ou a outros mecanismos de verificação internacional e a disponibilidade desse material para fins pacíficos; 11) a reafirmação do objetivo de desarmamento completo sob controle internacional efetivo; 12) a elaboração de relatórios regulares, dentro do processo de revisão fortalecido, sobre a implementação das obrigações contidas no Artigo VI e do programa de ação definido na Decisão 2 da Conferência de Exame e Extensão do TNP em 1995; e 13) o desenvolvimento de capacidades de verificação dos acordos sobre desarmamento nuclear. JESUS, D. S. V. “Treze passos para o Juízo Final: a nova era do desarmamento nuclear dos Estados Unidos e da Rússia”. *Contexto Internacional*, 2008, v.30, n.2, p.399-400.

³⁵ JOHNSON, R. “Politics and protection: why the 2005 NPT Review Conference failed”. *Disarmament Diplomacy*, 2005, n. 80. Disponível em: <http://www.acronym.org.uk/dd/dd80/80npt.htm>. Acesso em: 20 maio 2010.

e o apoio a um tratado que proibisse a produção de materiais físséis para armas ou outros dispositivos nucleares e incluísse medidas efetivas de verificação.³⁶

Na Conferência de Exame do TNP de 2010, foi adotado o Plano de Ação, que contém 64 passos práticos para serem adotados pelos Estados partes do TNP nas áreas de não-proliferação, desarmamento e uso pacífico da energia nuclear, com prevalência para o desarmamento nuclear (22 ações). Os Estados nuclearmente armados reafirmaram e, em alguns casos, ampliaram seus compromissos em matéria de desarmamento, enquanto os países não-nuclearmente armados elevaram o grau de suas reivindicações sobre tal questão. O Brasil ocupou em 2010 a presidência da Conferência do Desarmamento e continuou o esforço para adoção de um programa de trabalho a fim de permitir superar a paralisia que se estendia na Conferência desde 1997. Ele a defendeu como a única instância multilateral negociadora na área do desarmamento. Cumpre destacar que o país também criou uma representação junto a essa conferência, bem como junto à AIEA e à Organização Preparatória para o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares.

O Brasil e os temas nucleares pós-Lula

Notavelmente nas questões relacionadas à não-proliferação, ao desarmamento e ao controle de armas nucleares durante a administração Lula, o Brasil procurou construir, na interação com os demais atores do sistema, o reconhecimento internacional. Ao mesmo tempo em que o Brasil viabilizou o diálogo com as potências do Norte e funcionou como elemento garantidor da estabilidade e da segurança regionais, ele também operou como catalisador das demandas de inúmeros países em instituições onde buscavam ampliar suas oportunidades de voz. Com base nesse papel, o Brasil aproveitou janelas de oportunidade buscando desenvolver regras, normas e procedimentos que satisfizessem seus interesses de ampliação de autonomia e de participação nas principais decisões internacionais. O papel internacional do Brasil foi também sustentado pelos seus poderes de persuasão e negociação. A fonte da

³⁶ JESUS, D.S.V. “The Brazilian way: negotiation and symmetry in Brazil’s nuclear policy”. *Nonproliferation Review*, 2010, v.17, n.3, p. 562-564; KIMBALL, D. “Next steps on New START”. *Arms Control Today*, 2010, v.40, n.3. Disponível em: http://www.armscontrol.org/act/2010_04/Focus. Acesso em: 11 set. 2010.

credibilidade brasileira estava baseada em fatores como a defesa da não-proliferação de armas de destruição em massa e do desarmamento.

A sucessora de Lula, Dilma Rousseff, declarou que pretendia manter as principais linhas da política de não-proliferação e desarmamento nucleares do governo anterior. Durante a campanha presidencial, Rousseff afirmou que Lula desenvolveu uma política externa em defesa da paz e buscou uma solução negociada para a situação política no Oriente Médio. Ela reafirmou a confiança na solução pacífica de disputas, que motivara Lula a mediar a troca de combustível. Para a então candidata à Presidência da República, não haveria motivo para não fortalecer as relações com o Irã e não buscar o desenvolvimento de confiança recíproca.³⁷

Um dos primeiros atos do governo Rousseff no que diz respeito à cooperação na área nuclear foi a formalização da parceria com a Argentina para a construção de dois reatores de 30 megawatts de potência para pesquisa. Embora ainda se imaginasse um período de cinco anos para a conclusão do projeto e não tivessem sido definidos os valores para investimentos compartilhados, o acordo – firmado na Argentina durante a primeira visita presidencial de Rousseff, em 2011 – estabeleceu que os dois países desenvolveriam o projeto de um reator, o que seria feito por profissionais da CNEN e da Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA) da Argentina. Um comitê diretor supervisionaria a elaboração do projeto, e, em uma segunda etapa, cada país iria construir seu próprio reator a partir de projetos comuns. O acordo reiterou a idéia de que ambos os Estados tinham propósitos comuns quanto ao desenvolvimento pacífico de seus programas nucleares.³⁸

Como lembram Diehl & Fujii,³⁹ os planos brasileiros de enriquecer urânio para a propulsão de submarinos e sua recusa a aderir ao Protocolo Adicional ao Acordo com a AIEA para a Aplicação de Salvaguardas ainda levantam preocupações em torno da proliferação nuclear. No segundo semestre de 2011, a presidente reforçou o comprometimento do Brasil com os regimes internacionais na área nuclear.

³⁷ ROUSSEFF, D. “Dilma Rousseff e Marina Silva expõem suas ideias sobre política externa”. *Política Externa*, 2010, v.19, n.2, p.17-25, p.24.

³⁸ GIRALDI, R. “Dilma e Cristina Kirchner vão fechar parceria para construção de reatores nucleares”. *Correio Democrático*, 2011. Disponível em: <http://www.correiodemocratico.com.br/2011/01/dilma-e-cristina-kirchner-va-fechar-parceria-para-construcao-de-reatores-nucleares>. Acesso em: 26 abr. 2011; MACHADO, L. “Brasil e Argentina assinam acordo para construção de reatores nucleares de pesquisa”. *Informe CNEN*, 2011, n.2. Disponível em: <http://www.cnen.gov.br/noticias/lst-noticias-informe.asp?ano=2011&num=2>. Acesso em: 26 abr. 2011.

³⁹ DIEHL, S. & FUJII, E. *Op. cit.*

Referências Bibliográficas

- ABACC. “A criação da ABACC”. *ABACC website*, s.d. Disponível em: http://www.abacc.org/port/abacc/abacc_historia.htm. Acesso em: 27 abr. 2011.
- APPLEGARTH, C. “Brazil permits greater IAEA inspection”. *Arms Control Today*, 2004, v. 34, n.9. Disponível em: http://www.armscontrol.org/act/2004_11/Brazil. Acesso em: 20 maio 2010.
- BURGES, S. “Without sticks or carrots: Brazilian leadership in South America during the Cardoso Era, 1992–2003”. *Bulletin of Latin American Research*, 2006, v. 25, n. 1, p. 23-42.
- DIEHL, S. & FUJII, E. “Brazil's New National Defense Strategy Calls for Strategic Nuclear Developments”. *NTI website*, 2009. Disponível em: http://www.nti.org/e_research/e3_brazil_new_nuclear_defense.html#fnB6. Acesso em: 29 out. 2011.
- ELETRONUCLEAR. *Guia de pronta resposta*, 2011. Disponível em: http://www.eletronuclear.gov.br/perguntas_respostas/GUIA_2011.pdf. Acesso em: 26 abr. 2011.
- FLEMES, D. “Brazil’s nuclear policy: from technological dependence to civil nuclear power”. *GIGA Working Papers*, 2006, n. 23, p. 1-34. Disponível em: http://www.giga-hamburg.de/dl/download.php?d=/content/publikationen/pdf/wp23_flemes.pdf. Acesso em: 20 maio 2010.
- GIRALDI, R. “Dilma e Cristina Kirchner vão fechar parceria para construção de reatores nucleares”. *Correio Democrático*, 2011. Disponível em: <http://www.correiodemocratico.com.br/2011/01/dilma-e-cristina-kirchner-va- fechar-parceria-para-construcao-de-reatores-nucleares>. Acesso em: 26 abr. 2011.
- GLOBAL SECURITY. “Nuclear weapons – Iran”. *GlobalSecurity.org*, s.d. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/wmd/world/iran/nuke.htm>. Acesso em: 11 maio 2011.
- INB. “INB pode enriquecer urânio em escala industrial”. *Jornal Beira-Rio*, 2009. Disponível em: http://www.jornalbeirario.com.br/page/hora_detail.asp?cod=819. Acesso em: 11 maio 2011.
- JESUS, D. S. V. “Treze passos para o Juízo Final: a nova era do desarmamento nuclear dos Estados Unidos e da Rússia”. *Contexto Internacional*, 2008, v.30, n.2, p.399-466.
- _____. “The Brazilian way: negotiation and symmetry in Brazil’s nuclear policy”. *Nonproliferation Review*, 2010, v.17, n.3, p.551-567.
- _____. “Building Trust and Flexibility: A Brazilian View of the Fuel Swap with Iran”. *The Washington Quarterly*, 2011, v.34, n.2, p. 61-75.
- JOHNSON, R. “Politics and protection: why the 2005 NPT Review Conference failed”. *Disarmament Diplomacy*, 2005, n. 80. Disponível em: <http://www.acronym.org.uk/dd/dd80/80npt.htm>. Acesso em: 20 maio 2010.

- KIMBALL, D. “Next steps on New START”. *Arms Control Today*, 2010, v.40, n.3. Disponível em: http://www.armscontrol.org/act/2010_04/Focus. Acesso em: 11 set. 2010.
- KNOBEL, M.; BELISÁRIO, R. & CAPOZOLI, U. “A confusa política nuclear brasileira”. *Energia nuclear: custos de uma alternativa*, 2000. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/nuclear/nuclear09.htm>. Acesso em: 27 abr. 2011.
- MACHADO, L. “Brasil e Argentina assinam acordo para construção de reatores nucleares de pesquisa”. *Informe CNEN*, 2011, n.2. Disponível em: <http://www.cnen.gov.br/noticias/lst-noticias-informe.asp?ano=2011&num=2>. Acesso em: 26 abr. 2011.
- MARZO, M. A. S. & ALMEIDA, S. G. *A evolução do controle de armas: desarmamento e não-proliferação*. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2006.
- PINDO, S. “Reactores de Argentina y Brasil serán diseñados en Bariloche”. *Blog da Dilma*, 2011. Disponível em: <http://blogdadilma.blog.br/2011/02/reactores-de-argentina-y-brasil-seran-disenados-en-bariloche.html>. Acesso em: 26 abr. 2011.
- ROUSSEFF, D. “Dilma Rousseff e Marina Silva expõem suas ideias sobre política externa”. *Política Externa*, 2010, v.19, n.2, p.17-25.
- RUBLEE, M.R. “The nuclear threshold states: challenges and opportunities posed by Brazil and Japan”. *The Nonproliferation Review*, 2010, v. 17, n. 1, p. 49-70.
- SPECTOR, L. “Nuclear proliferation”. In: LARSEN, J. (Ed.) *Arms control: cooperative security in a changing environment*. Londres, Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002, p.119-141.
- SQUASSONI, S. & FITE, D. “Brazil as litmus test: Resende and restrictions on uranium enrichment”. *Arms Control Today*, 2005, v.35, n. 8. Disponível em: http://www.armscontrol.org/act/2005_10/Oct-Brazil. Acesso em: 20 maio 2010.
- VARGAS, E. V. “Átomos na integração: a aproximação Brasil-Argentina no campo nuclear e a construção do Mercosul”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 1997, v. 40, n. 1. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291997000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 abr. 2011.
- VIGEVANI, T. & CEPALUNI, G. “Lula’s foreign policy and the quest for autonomy through diversification”. *Third World Quarterly*, 2007, v. 28, n. 7, p. 1309-1326.
- VIGEVANI, T. & OLIVEIRA, M. “Brazilian foreign policy in the Cardoso Era: the search for autonomy through integration”. *Latin American Perspectives*, 2007, v. 34, n. 5, p. 58-80.
- WHEELER, M.O. “A history of arms control”. In: LARSEN, J.A. (Ed.) *Arms control: cooperative security in a changing environment*. Londres, Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2002, p.19-39.

La memoria institucional del Ejército Argentino

sobre el pasado reciente (1999-2008)

Valentina Salvi*

Resumo:

Nos últimos 30 años, a imagem que o Exército Argentino construiu para sim e para a sociedade respondeu tanto a necessidade de edificar uma memória que reforçasse os sentimentos de pertença e auto-valoração e que estimulasse a rememoração e a transmissão com uma forte carga afetiva para as novas gerações de oficiais, quanto à obrigação de fazer frente a os da uma sociedade que exige respostas pelos crimes cometidos durante a última ditadura (1976-1983). As continuidades e as transformações na memória institucional do exército são fruto das negociações e das confrontações que a instituição castrense mantém para dentro com o relato da “luta contra a subversão” e para fora com o discurso das organizações de direitos humanos e a memória dos desaparecidos. Nesse sentido, o artigo propõe-se estabelecer a relação entre cambio e continuidade da memória institucional do Exército Argentino a partir das políticas de memória das gestões do general Ricardo Brinzoni de dezembro de 1999 até maio de 2003 com a institucionalização do lema “Memória Completa” e do general Roberto Bendini de maio de 2003 até setembro de 2008 com des-institucionalização da memória da “luta contra a subversão”.

Palavras-chave: Exército Argentino, Memória e Repressão.

Abstract:

*Over the past 30 years, the image the Argentine Army have built for themselves and shown to society results from two basic issues: the need to construct a memory reinforcing the feeling of belonging and self-esteem and encouraging transmission to the new generations of officers with a strong emotional weight; and the pressure to explain *lesa* humanity crimes. The continuities and transformations in the institutional memory of the army are the consequence of internal negotiations with the narrative of the “fight against subversion”, and external confrontations with the discourse of Human Rights organizations and the memory of the disappeared. This article aims at establishing the relation between change and continuity in the institutional memory of the Argentine Army on the basis of the memory policies carried out by two heads: General Ricardo Brinzoni (1999-2003) with the institutionalization of the slogan*

* Socióloga, Master en Comunicación y Cultura de la UBA y Doctora en Ciencias Sociales por la UNICAMP. Investigadora del CONICET y del Instituto de Investigaciones Gino Germani. Profesora de Facultad de Ciencias Sociales de la UBA y del Departamento de Arte y Cultura de la UNTREF. Ha publicado artículos sobre memoria, nación y fuerzas armadas en Estados Unidos, Brasil, México y Argentina. Este artículo no hubiera sido posible sin el apoyo de CONICET y de la Universidad de Buenos Aires.

“Complete Memory”; and General Roberto Bendini (2003-2008), based on a process of de-institutionalization of the memory of the “fight against subversion”.

Keywords: *Argentina Army, Memory, Repression.*

A pesar del silencio y el ocultamiento que rodean a la desaparición de personas en Argentina, el ejército tuvo un papel activo en la construcción de sus memorias puesto que se vio forzado a tomar posición frente a los debates que la sociedad civil mantuvo sobre el pasado reciente. En los últimos 30 años, la imagen que el ejército construyó para sí y presentó a la sociedad tuvo una dinámica que varió en función de las mudanzas de los contextos socio-políticos, la aparición de nuevos actores sociales, el surgimiento de relatos y testimonios desconocidos, los cambios en la sensibilidad social, el recambio generacional y las transformaciones en el escenario judicial, pero que también respondió a la necesidad de construir una memoria edificante que estimulase la rememoración y transmisión con una fuerte carga afectiva a las nuevas generaciones de oficiales. De modo tal que la memoria institucional de la fuerza no estuvo exenta de cambios y negociaciones ni de continuidades y repeticiones, que respondieron tanto al peso de una matriz narrativa que contribuyó a reforzar la auto-valoración de la institución castrense como a un reposicionamiento frente a la memoria de los desaparecidos y al discurso de los organismos de derechos humanos. De allí que el propósito de este artículo es establecer la relación entre cambio y continuidad en la memoria institucional del Ejército Argentino a partir de las políticas de memoria llevadas a adelante por dos conducciones: la conducción del general Ricardo Brinzoni entre diciembre de 1999 a mayo 2003 con la institucionalización de la consigna “Memoria Completa” y la del general Roberto Bendini entre mayo de 2003 y septiembre de 2008 basada en un proceso de des-institucionalización de la memoria de la “lucha contra la subversión”.¹ A partir del análisis de estas políticas de memoria buscaré dilucidar los siguientes interrogantes: ¿Cuáles son los sentidos y verdades que pugnan por ser legitimados? ¿Se afirman continuidades o rupturas respecto de las tradiciones y legados del pasado? ¿Cuáles son los agentes encargados de establecer y difundir la memoria institucional y qué soportes utilizan para ello? ¿Con qué actores sociales se enfrenta la memoria del

¹ Entiendo por memoria institucional, la memoria, al mismo tiempo, pública y oficial que el ejército muestra a la sociedad y exige a los cuadros llegando a sancionar aquellos oficiales que la contradigan públicamente o que no la reproduzcan institucionalmente. Esta memoria puede o no coincidir con las memorias de los cuadros en actividad o en situación de retiro.

ejército? ¿Cómo influyen los contextos políticos e históricos y los marcos ideológicos en el encuadramiento de la memoria institucional del ejército?

Institucionalización de la consigna “Memoria Completa”.

La consigna “Memoria Completa” que hizo pública el jefe del ejército, general Ricardo Brinzoni, si bien resulta contradictoria con el ocultamiento de la verdad y el destino de los desaparecidos por parte del ejército, muestra que la dinámica de memoria de la fuerza se construyó en función de las interacciones con el tiempo presente. Con esta consigna, el ejército buscó, hacia dentro, dar por saldada la etapa de reconocimiento de la “responsabilidad institucional” de la fuerza por la represión ilegal iniciada por su antecesor, y hacia fuera, posicionarse públicamente con un discurso verosímil capaz de disputarles a los organismos de derechos humanos la verdad sobre el pasado reciente para avanzar hacia la “reconciliación nacional”.

El 25 de abril de 1995, el antecesor del general Brinzoni, el general Martín Balza, pronunció un discurso institucional en el que reconoció la tortura y la desaparición de personas, admitió la ilegitimidad de los actos perpetrados por los oficiales del ejército en el contexto de la represión ilegal y se alejó de la interpretación castrense que concebía el tema de los derechos humanos como una campaña instrumentada para desacreditar a la institución.² Este mensaje fue resistido por amplios sectores de la oficialidad en situación de retiro y en actividad y, años más tarde, la consigna “Memoria Completa” vino a expresar la posición de estos sectores.³ En efecto,

² FELD, Claudia. “La instrumentalización del horror en la Argentina”, *Artefacto*, Buenos Aires, N° 2, 1998, pp. 60-63; MAZZEI, Daniel. “El general Balza y la construcción de una memoria alternativa del Ejército argentino”, *Anuario N° 20 Historia, Memoria y Pasado reciente*, Rosario, HomoSapiens Ediciones, 2004, p. 147-162, CANELO, Paula. “Grandes responsabilidades”. *Las “autocríticas del Ejército Argentino y los enfrentamientos entre el general Balza y las organizaciones de militares retirados durante los años noventa*. Congreso de la Asociación de Estudios Latinoamericanos, Río de Janeiro, Brasil, del 11 al 14 de junio de 2009). El mensaje del general Balza tuvo lugar ante la audiencia del programa televisivo *Tiempo Nuevo*, un día después que el ex-suboficial del ejército Víctor Ibáñez declarara en la televisión que se arrojaron personas vivas al mar que habían estado secuestradas en el centro clandestino de detención “El Campito” de la guarnición militar de Campo de Mayo. Las declaraciones de Ibáñez confirmaban las del ex-capitán de corbeta Adolfo Sciligno sobre los “vuelos de la muerte” en la Escuela de Mecánica de la Armada. VERBITSKY, Horacio. *El vuelo*, Buenos Aires, Planeta, 1995.

³ Al día siguiente de entregar el mando en el ejército, el general Balza fue expulsado del Círculo Militar cuyo presidente era el general de división (re) Ramón Díaz Bessone, Ex-ministro de planeamiento del Proceso de Reorganización Nacional.

la institucionalización de la “Memoria Completa” significó un cambio radical en la política de memoria del ejército ya que tenía como propósito no sólo profundizar e, incluso, relativizar el posicionamiento institucional del general Balza sino también resignificarlo para utilizarlo como punto de apoyo para recordar a los “otros muertos”, a los oficiales asesinados por las organizaciones armadas durante la década del 70’. Así lo expresó el general Brinzoni, en el marco del 25 aniversario de la toma del Regimiento de Monte 29 en la Provincia de Formosa, el 5 de octubre del 2000:

...los que somos más viejos tenemos un recuerdo más completo que los jóvenes, yo he dicho que la parcialidad del recuerdo es tan injusta como el olvido (...) Creo que muchas veces -por distintas razones- los jóvenes creen que un día los argentinos nos volvimos locos y nos matamos, sin recordar un largo proceso que arrancó mucho antes que hoy debemos recordar en forma completa.⁴

Ahora bien, ¿qué se proponía completar la memoria del ejército? Desde una lógica binaria que replicaba la figura del enfrentamiento entre argentinos, la “Memoria Completa” consideraba que la memoria social sobre la década del 70’ era una memoria “parcial”, es decir, que la memoria construida en torno a la figura de los desaparecidos era una “memoria injusta”. De allí que para la conducción del general Brinzoni recordar implicaba también el “reconocimiento descarnado y objetivo” del pasado en pos de una “reconciliación justa, sincera y pacífica” completando la “memoria parcial” con una “verdad minimizada y silenciada”. Como se desprende de sus discursos y de sus altos jefes militares, la memoria institucional del ejército no solo se apropió sino que también resignificó dos de las consignas históricamente levantadas por los organismos de derechos humanos: “Memoria” y “Verdad”. Esto le permitió al ejército presentar un relato público sobre el pasado reciente tanto más verosímil cuanto más claramente se reflejaba y se contraponía a la memoria de los desaparecidos y a la lucha de los organismos de derechos humanos.

La consigna “Memoria Completa” volvió a institucionalizar el recuerdo de la “lucha contra la subversión”. De este modo, el recuerdo vivo del pasado se convirtió en política de memoria de la institución castrense. Pero, ¿qué era lo que se proponía recordar el ejército de aquel pasado de violencia? Durante la jefatura del general Brinzoni, la memoria institucional del ejército se concentró en el recuerdo de la violencia padecida por las fuerzas armadas a partir de la evocación de los oficiales

⁴ *El Comercial*, 6 oct. 2000.

“muertos por la subversión”, al tiempo que la memoria de los “muertos” se activó, al igual que la memoria de los desaparecidos, como una lucha contra el olvido. Durante los años de su jefatura, entre diciembre de 1999 y mayo de 2003, se institucionalizaron los actos de homenaje a los camaradas “caídos” en diversos “intentos de copamiento” a guarniciones militares como el Regimiento de Tiradores Blindados de Azul en enero del ‘74, el Regimiento 29 de Infantería de Monte de Formosa en octubre del ‘75 y el Batallón de arsenales 601 Domingo Viejobueno en diciembre del ‘75, y también se descubrieron placas recordatorias en los aniversarios de las muertes del coronel Argentino del Valle Larrabure, del coronel Camilo Gay, del teniente coronel Jorge Ibarzábal, del mayor Juan Carlos Leonetti,⁵ entre otros. Estos actos revistieron un carácter oficial con discursos de altos jefes militares, desfile de los veteranos que habían participado en la “defensa” de las guarniciones, toque de queda y minuto de silencio, entonación del Himno Nacional, tal como exigía la liturgia castrense.

La consigna “sin olvidos ni recuerdos parciales”⁶ que repitiera el general Brinzoni más de una vez durante los años a cargo de la fuerza, permitió no solo oficializar el recuerdo de los oficiales muertos como víctimas de la “guerra fratricida” sino también identificar la “acción terrorista” como responsable de esa “masacre entre argentinos”. Ciertamente, mientras ejercer la “Memoria Completa” implicaba recordar a los camaradas muertos, enunciar la “Verdad Completa” suponía, por un lado, señalar e identificar a las organizaciones armadas como responsables; y por otro lado, reforzar la imagen de una institución victimizada y damnificada por la violencia del pasado, y por tanto, relativizar y obliterar lo actuado por los cuadros del ejército durante la represión ilegal.

⁵ El acto de conmemoración de la muerte del mayor Juan Carlos Leonetti fue atípica porque, a diferencia del resto de los actos, no se trató de una muerte en circunstancias de un intento de copamiento antes del golpe de estado del 24 de marzo del 76’, sino que Leonetti fue miembro del grupo de tareas que secuestró a la cúpula del ERP, Mario Santucho y Benito Urteaga, junto a Ana María Lancillota embarazada de 8 meses (el bebe por nacer aún continúa desaparecido) y Liliana Delfino. SEOANE, María. *Todo o Nada. La historia secreta y la historia pública del jefe guerrillero Mario Roberto Santucho*. Buenos Aires, Planeta, 1992, p. 308. El mayor Leonetti murió por los disparos que le había provocado Santucho en el enfrentamiento que se desarrolló el día del secuestro en julio del 76’. El hecho de su muerte en el enfrentamiento y haber “herido de muerte” a Santucho lo convirtieron en un símbolo de la “lucha contra la subversión” para los uniformados al punto que mayor Juan Carlos Leonetti fue el nombre que recibió. el Museo de la Subversión que funcionó en Campo de Mayo entre octubre de 1978 y mediados del 90’ ROBBEN, Antonius. *Pegar donde más duele. Violencia política y trauma social en Argentina*. Barcelona, Anthropos, 2008, p. 227. El acto conmemorativo al que asistió el jefe del ejército se realizó en la escuela N° 180 Juan Carlos Leonetti de la localidad de María Grande Provincia de Entre Ríos (Soldados, 8/2000).

⁶ *La Nación*, 6 oct. 2000.

Con la institucionalización de la consigna “Memoria Completa”, el ejército buscó presentarse ante la sociedad como una víctima más de la violencia de los 70’. Para ello, fue necesario borrar algunos recuerdos y fundar nuevos. La política de “Memoria Completa” busco desterrar de los recuerdos de la institución y de sus prácticas conmemorativas tanto a los hechos como a los oficiales que propiciaron el golpe de estado del 24 de marzo de 1976 y, de este modo, continuar evocando la “lucha contra la subversión” a partir de la figura de los “oficiales caídos” en manos de las organizaciones armadas. En otras palabras, la consigna “Memoria Completa” produjo un cambio en el discurso institucional del ejército, reemplazando el relato triunfalista y glorificante del golpe del Estado que festejaba “la victoria en la guerra antisubversiva” por un relato dramático del sufrimiento y dolor de los oficiales y sus familias como víctimas de una “guerra fratricida”.

El primer volumen del libro *In Memoriam* dirigido por el general de división (r) Ramón Díaz Bessone, que describe las circunstancias en que perdieron la vida los hombres del ejército y sus familiares, marcó en este sentido un punto de inflexión. *In Memoriam* fue publicado por el Círculo Militar en 1998 y compilada por su presidente y ex-ministro de Planeamiento del régimen militar. No se trató de un documento con carácter oficial sino de un libro homenaje a los “muertos por la subversión” que sentó las bases para la consigna de “Memoria Completa” públicamente sostenida por el general Brinzoni. En sus páginas, no sólo se construyó una lista de “oficiales muertos por la subversión” y se describieron los padecimientos y “martirios” que le acaecieron a los oficiales y sus familias, sino que también se destacaron los secuestros, ataques a cuarteles y regimientos, asesinatos, juicios populares y atentados cometidos por las organizaciones armadas durante la primera mitad de la década del 70’.

Asimismo, en la reivindicación de las “víctimas militares” que se proponía realizar la “Memoria Completa”, la trayectoria del general Pedro Eugenio Aramburu resultaba demasiado contradictoria, fuertemente connotada por las disputas entre peronistas y antiperonista y muy ligada a la imagen golpista y antidemocrática del ejército para continuar siendo la primera y más destaca víctima de la “guerra revolucionaria”.⁷ Aramburu representaba una figura problemática para la construcción

⁷ El teniente general Aramburu, quien llevó adelante la llamada “revolución libertadora” que derrocara al teniente general Juan Domingo Perón en 1955, fue secuestrado y asesinado por la organización Montoneros en 1970. Este acontecimiento tuvo una gran trascendencia política no sólo porque fue el

de la imagen respetable y virtuosa de los oficiales del ejército que “murieron por la patria en la lucha contra la subversión”. En su lugar, fueron destacadas las figuras del mayor Argentino del Valle Larrabure y del teniente coronel Jorge Ibarzábal, quienes luego de los ataques a la fábrica militar de Villa María y al regimiento de Azul y, tras pasar meses secuestrados fueran asesinados. Estos oficiales, que se recuerdan como mártires que “cayeron en defensa de la patria”, han reemplazado también como militares memorables del pasado reciente a los “generales del Proceso” como Videla, Viola, Galtieri o Menéndez, quienes resultaban un obstáculo simbólico para la construcción del ejército como víctima de la violencia “terrorista subversiva”.

Si bien la política de “Memoria Completa” no negaba la existencia de desaparecidos ni lo actuado por los cuadros del ejército durante la represión ilegal, permitía relativizar ambas cuestiones, reflejando y contraponiendo los oficiales “muertos por la subversión” a los desaparecidos y las “acciones terroristas” a los “excesos cometidos por la dictadura”. De este modo, el jefe del ejército reintroducía la “teoría de los dos demonios” - de la que su antecesor buscó tomar distancia- como el núcleo duro de la memoria institucional del ejército.⁸ Cuando el general Brinzoni sostenía, en el marco del “25 aniversario del ataque al Regimiento de Monte 29 de Formosa”, que “con violencia se intentó imponer otro modelo, con violencia se defendió a la república” y que “sin minimizar la acción terrorista ni disimular la ilegítima represión”,⁹ si bien no reproducía *vis a vis* el discurso denegatorio de la desaparición de personas, velaba y relativizaba la violencia perpetrada por las fuerzas armadas. Al bipolarizar e igualar la violencia, la consigna de “Memoria Completa” resignificaba la noción de guerra a través de la naturalización del *cliché* de los “dos lados”, de las “dos verdades” y, por tanto, de las “memorias parciales” que ella venía finalmente a superar. Además, la actualización de la “teoría de los dos demonios” no solo producía una equiparación en el plano de las violencias sino, y sobre todo, en el de las víctimas, puesto que desde la perspectiva castrense “nadie quedó expulsado de una

primer oficial del ejército asesinado por una organización armada sino por el significado simbólico que representó su asesinato para la resistencia peronista.

⁸ La bi-demonización explica la violencia como una simetría criminal que nivela el terrorismo de estado con la acción de grupos particulares. La “teoría de los dos demonios” fundamentó el decreto 157 del gobierno de Alfonsín que ordena la persecución de los jefes de Montoneros y ERP como precedente del decreto 158 para el enjuiciamiento de las Juntas Militares. DUHALDE, Eduardo. *El Estado terrorista Argentino. Quince años después, una mirada crítica*, Buenos Aires, Eudeba, 2000, p. 167-168.

⁹ *La Nación*, 6 oct. 2000.

guerra fratricida en al que todos somos derrotados”.¹⁰ La noción de “guerra fratricida”, que organizaba la retórica de la “Memoria Completa”, tomaba nuevamente estado público en el acto conmemorativo al “intento” de copamiento del Batallón de Arsenales 601 Domingo Viejobueno en diciembre del 2000:

Murió más de medio centenar de jóvenes del Ejército Revolucionario del Pueblo. El asalto al cuartel fue rechazado, pero la victoria fue amarga como lo son todos los combates entre hermanos (...) Regalaron el precioso don de su existencia no sólo los soldados argentinos sino tanta juventud equivocada, adoctrinada por maduros pedagogos y manipuladores de la violencia.¹¹

Frente a las crecientes citaciones judiciales a oficiales en situación de retiro y en actividad por los “juicios por la verdad”¹² y los juicios por el robo de bebés,¹³ el jefe del ejército asumió una posición de defensa corporativa y se concentró, en el primer año de su gestión, en la estrategia de cerrar el pasado a través de la propuesta de una “mesa de diálogo”. Asumiendo una posición confrontativo contra los “juicios por la verdad”, el general Brinzoni sostenía que no constituían “el camino (...) mas apropiado, porque no han conducido hasta el día de hoy a ningún logro, no hay ningún elemento positivo”.¹⁴ En este contexto, la “mesa de diálogo” era presenta como una “alternativa” y no como un “sustituto” de la Justicia a pesar que lograba “ningún avance”:

Por ejemplo, podemos reunirnos, conversar, ver cómo avanzar; debemos conocernos, marcar paso a paso, cómo comenzó este pasado, cómo sucedieron los hechos y qué se puede aportar y a partir de ahí podemos llegar a encontrar lo que hoy no tenemos. Tengo la esperanza de que avanzando, alguien puede aportar otro tipo de información.¹⁵

La “mesa de diálogo”, como una instancia política y extra-jurídica que buscaba reunir a dirigentes políticos, integrantes de la justicia, organismos de derechos humanos, fuerzas armadas y las iglesias, se proponía “paliar en parte el dolor de mucha gente que

¹⁰ *La Nación*, 6 oct. 2000.

¹¹ *La Nación*, 23 dic. 2000.

¹² A mediados de los 90’ en plena vigencia de las leyes de impunidad y, amparados en el derecho a la verdad que ya tenía desarrollo jurisprudencial en el Sistema Latinoamericano de Protección a los Derechos Humanos, los familiares de desaparecidos pidieron a las Cámaras Federales que soliciten informes a las fuerzas armadas y de seguridad para conocer el destino de sus parientes. En abril de 1998, la Cámara Federal de la ciudad de La Plata acogió el pedido. Y con esto se iniciaron los Juicios por la Verdad que, si bien no tenían capacidad punitiva, brindaron una enorme cantidad de información para los nuevos procesos penales que se iniciaron luego de la anulación de las leyes de impunidad.

¹³ Luego de las leyes de Obediencia Debida y Punto Final, la demanda de justicia de los organismos de derechos humanos se concentró en las causas de apropiación y cambio de identidad de niños secuestrados o nacidos en cautiverio, delitos que no estaban amparados por estas leyes.

¹⁴ *La Voz del Interior*, 26 jun. 2000.

¹⁵ *La Voz del Interior*, 26 jun. 2000.

tienen familiares desaparecidos” ya que apelaba “al patriotismo y espíritu solidario de todos quienes en el pasado tuvieron una participación en la lucha contra el terrorismo (...) para que se acerquen y aporten datos” -sobre todo porque “el ejército no tiene listas, ni antecedentes históricos porque allá en 1983 se ordenó la destrucción de toda la documentación”.¹⁶ Además de este primer propósito de defensa corporativa, la “mesa de diálogo” debía sentar las bases sociales para el “reconocimiento objetivo y completo del pasado”. Entonces, ¿cómo se articulaba la propuesta de la “mesa de diálogo” como camino hacia la “reconciliación nacional” con la consigna “Memoria Completa”?

Por una parte, el general Brinzoni, aunque buscó cerrar el capítulo iniciado por su antecesor, se apoyó en él como plataforma simbólica a partir de la cual enunciar nuevamente la ya vieja propuesta de “reconciliación nacional”.¹⁷ El ejército convocaba a la “mesa de diálogo” a todos los sectores como quien “ha pedido perdón”, “ha reconocido sus responsabilidades institucionales”, “se ha interrogado sobre sus fallas”, pero también como quien “continuaba sobrellevando las secuelas”, “ha sido recriminado, discriminado e inculpatado” y “se ha convertido en culpable para que la sociedad se perdonase a sí misma”. En otras palabras, el ejército buscaba sentarse en la “mesa de diálogo” no sólo como uno de los responsables –y no como el único responsable-, sino también como una de las víctimas. De modo tal la consigna “Memoria Completa” instalaba la idea de que el ejército era una víctima más y tan responsable como los “otros” responsables.

Por otra parte, y presentándose en el escenario de la memoria como “víctima”, el jefe de ejército buscaba dar una nueva base de sustentación a la propuesta de “reconciliación nacional” como “perdón sincero”. En un reportaje al diario *La Nación*, luego de conmemorar el 25 aniversario del copamiento de Regimiento de Monte 29 en Formosa, el jefe de la fuerza afirmaba: “El ejército ha pedido perdón a la sociedad por

¹⁶ *Diario Norte*, 8 mayo 2001.

¹⁷ La noción de “reconciliación nacional” se vincula, en el escenario de la memoria pos-dictadura, con la amnistía en tanto recursos del poder político para hacer como si nada hubiese sucedido (LORAUX, Nicole. “De la amnistía y su contrario” en AAVV. *Usos del olvido*, Buenos Aires, Nueva Visión, 1989, p. 33) al suspender la potestad de los tribunales por lo que está asociado, para los organismos de derechos humanos a la producción de impunidad.

los excesos del pasado, pero quiero destacar que también ofrecemos nuestro perdón (...) a quines alentaron, toleraron, o profundizaron la violencia.”¹⁸

El ejército se presentaba ante la opinión pública como quien “había pedido perdón” pero también como quien “perdonaba” a los “otros” responsables de la “violencia absurda entre argentinos”. A la sociedad civil y a la dirigencia política, se las perdonaba por “haber favorecido o ignorado la amenaza” e, incluso, por haber sido “indiferentes al desarrollo del flagelo que tanto dolor provocó nuestra república”, mientras que hacia las organizaciones armadas no se “abrigaban sentimientos de venganza”, y por eso, no se las “recriminaba, discriminaba ni incrimina” sino que por el contrario se festejaba “su integración al modelo de sociedad democrática que combatieron”.

Frente a las citaciones judiciales de los oficiales en retiro y en actividad a los “Juicios por la Verdad” y las prisiones en los casos en que se negaron a declarar,¹⁹ a los arrestos domiciliarios de los comandantes y generales por los juicios por robos de bebés,²⁰ a las demoras en los ascensos a oficiales superiores sospechados de violaciones a los derechos humanos y a los pedidos de extradición de represores para ser juzgados en el exterior,²¹ la conducción del general Brinzoni se posicionó con una defensa corporativa de los oficiales detenidos a quienes les brindó apoyo institucional. Entre estas medidas, durante el mes de febrero de 2001, por orden del general Brinzoni, 663 oficiales del ejército presentaron recursos a *habeas data* al Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), a la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH) y a la Subsecretaría de Derechos Humanos del gobierno nacional para que les informasen los datos que poseían sobre ellos. Sin embargo, las preocupaciones en torno al frente judicial quedaron totalmente minimizadas en marzo de 2001 cuando el juez federal Gabriel Cavallo declaró la inconstitucionalidad de las leyes de Obediencia Debida y Punto Final. Tanto que fue así que, en mayo del mismo año, el CELS inició una demanda contra el general Brinzoni, junto a otros militares y policías, por su presunta

¹⁸ *La Nación*, 6 oct. 2000.

¹⁹ El general (r) Luciano Benjamín Menéndez y otros militares como los carapintadas Pedro Mones Ruiz y Gustavo Adolfo Alsina recibieron 5 días de arresto tras negarse a declarar en el Juicio por la Verdad en Córdoba.

²⁰ Los ex-comandantes Jorge Videla y Reynaldo Bignone, el ex-jefe del Ejército Cristiano Nicolaidés cumplían arresto domiciliario desde 1998; el ex-general Suarez Mason quedó detenido en Campo de mayo en diciembre de 1999 y en julio del 2000 la Cámara Federal confirmó sus procesamientos.

²¹ A principios del año 2000, el juez español Baltasar Garzón pidió la extradición de Bussi, Díaz Bessone, Galtieri, y Videla, junto con otros oficiales de armada, para ser juzgados en España. Otros juicios eran llevados en Italia y Alemania contra Suarez Mason y Riveros.

responsabilidad como secretario general de la gobernación del Chaco en la “masacre de Margarita Belén”,²² lo que acabó frustrando su propósito de avanzar hacia la reconciliación nacional por medio de la “mesa de diálogo”.

Des-institucionalización de la memoria de la “lucha contra la subversión”.

En junio de 2005, cuando la Corte Suprema de la Nación declaró la inconstitucionalidad de las leyes de Obediencia Debida y Punto Final y avaló la ley 25.779 mediante la cual el congreso ya había anulado las normas de impunidad en 2003, dejó allanado el camino para que avanzasen los procesos judiciales contra militares sospechados de la comisión de delitos de *lesa* humanidad. El posicionamiento del jefe del ejército, general Roberto Bendini (2003-2008), frente a la suerte que pudiesen correr cientos de oficiales retirados de su fuerza, quedaba claramente de manifiesto cuando afirmaba, un día después del fallo de la Corte:

Consideramos que todas las secuelas de la década del 70 deben tramitarse a través de la Justicia. Este fallo era un hecho que, evidentemente, se estaba esperando (...) Y bueno, a partir de ahora se va a juzgar y, a partir del juzgamiento, se va a condenar o no a los responsables.²³

El general Bendini, al igual que su antecesor, aspiraba a “cerrar las heridas del pasado” y a la “reconciliación entre los argentinos”. Sin embargo, a diferencia de aquel consideraba que el único camino posible para que ello sucediera era la Justicia. Este posicionamiento frente al juzgamiento de delitos de *lesa* humanidad, o al menos, la estricta subordinación militar a la política de derechos humanos del gobierno de Néstor Kirchner (2003-2007), ya se había hecho expresa en junio de 2004 cuando el general Bendini dio la orden de llevar a la Justicia el caso del teniente coronel Bruno Laborde. Este oficial se había incriminado a sí mismo en un escrito administrativo enviado al Estado Mayor del Ejército en el que se quejaba por la postergación de su ascenso.²⁴ El

²² La masacre de Margarita Belén sucedió en la provincia del Chaco el 13 de diciembre de 1976 cuando 22 presos políticos detenidos en la Unidad 7 de la cárcel provincial y en alcaldía de la ciudad de Resistencia fueron retirados de sus celdas para ser presuntamente trasladados a otra unidad penitencia regional. 17 de ellos fueron asesinados simulando un enfrentamiento con las fuerzas de seguridad.

²³ *La Nación*, 15 jun. 2005.

²⁴ El teniente coronel Bruno Laborde se incriminó en dos asesinatos cuando afirmó que “con el jefe del Batallón de Comunicaciones 141 (Dopazo), en 1977, dimos muerte a un terrorista, en el campo de La Mezquita (en el III Cuerpo de Ejército, en Córdoba)” y que en 1978 “fusilamos a otra terrorista. Nunca

general Bendini justificaba su posición en este caso afirmando que tras “investigar y condenar a los responsables (...) aquel que no fue, quedaría librado de toda sospecha”.²⁵

Con respecto a la evocación institucional del pasado reciente, si bien el recuerdo de los camaradas muertos continuó siendo el relato central a través del cual el ejército rememoró la década del 70', sin embargo, a partir de la conducción del general Bendini se produjo no sólo una pérdida de centralidad de las conmemoraciones a los ataques a las guarniciones militares durante la década del 70' sino también un cambio en el modo de narrar y dar sentido a ese relato hegemónico. Aunque durante la gestión del general Bendini se continuó celebrando los actos conmemorativos a los ataques a guarniciones militares llevados a cabo por las organizaciones armadas, estos actos fueron perdiendo progresivamente la centralidad que habían adquirido durante la conducción del general Brinzoni. A los aniversarios de los ataques del Regimiento 29 de Infantería de Monte de Formosa, Regimiento de Tiradores Blindados de Azul, Batallón de arsenales 601 Domingo Viejobueno no sólo dejaron de concurrir autoridades del Estado Mayor General del Ejército sino que en los mensajes –enviados por las autoridades para ser leídos en los actos- se produjo una pérdida progresiva de la especificidad de los hechos políticos y militares.²⁶

Tal como plantea Badaró,²⁷ el año 2004 marcó un punto de inflexión al respecto. Esta pérdida de especificidad en los relatos políticos y militares quedó plasmada en las placas, mármoles e inscripciones que exhiben la memoria institucional del ejército: en un mármol del hall de entrada del Edificio Libertador, sede del Ministerio de Defensa y del Estado Mayor Conjunto, donde se leía “Murieron en la lucha contra la subversión”, ahora se lee “Murieron para que la patria viva”; en el link “*In Memoriam*” de la página web del Ejército Argentino se titulaba a la lista de oficiales como “Caídos en la lucha contra la subversión”, hoy está encabezado por la frase “Caídos en los enfrentamientos internos de las década del 1970 y 1980”; y entre las nombres escritos en bronce destinadas a recordar los “combates y batallas” en el “Hall de las Glorias del Ejército” en el Colegio Militar de la Nación donde decía “Lucha contra la subversión” hoy dice “Enfrentamientos internos”.

supe el destino del bebé que antes había dado a luz en el Hospital Militar de Córdoba”. *Clarín*, 12 jun. 2004.

²⁵ *La Nación*, 11 jun. 2004.

²⁶ BARADÓ, Máximo. “El Ejército Argentino y el lenguaje de la memoria”, en *Revista Telar*, Tucumán, Año VI, Nro. 7, 2009, p. 110-126.

²⁷ *Ibidem*.

Como se muestra con estos casos, se produjo un cambio en el modo de enmarcar narrativamente y políticamente el pasado de la institución. Tomando distancia de los relatos institucionales de la gestión anterior que contenían elementos de reivindicativos de lo actuado por el ejército en la “lucha contra la subversión” a través de la figura de los oficiales “muertos por la subversión”, la memoria institucional del ejército continuó recordando a los oficiales que murieron en los ataques a guarniciones militares pero fue diluyendo la identificación de la “subversión” como principal responsable de la violencia en la figura más inespecífica de los “enfrentamientos internos”. De igual modo, en los discursos alusivos en los aniversarios, el jefe de ejército hablaba de “lucha por la libertad”, “víctimas de violencia”, de “mártires de la democracia” o de “pasado triste” para referirse a hombres y acontecimientos que fueron objeto de definiciones más marcadamente políticas por conducciones anteriores. A cambio de este retraimiento de la memoria del pasado reciente, el ejército comenzó a revalorizar figuras y acontecimientos de su historia que le devolvían a la institución un rol estratégico en el desarrollo nacional. Las figuras de los generales Manuel Savio y Enrique Mosconi,²⁸ incluso el general Juan Domingo Perón, comenzaron a ser revalorizadas para destacar el rol de ejército en el desarrollo científico, tecnológico y productivo de la nación.

Asimismo, el acto de descuelgue de los cuadros de los ex-comandantes de las juntas militares de la última dictadura, Jorge Videla y Reinaldo Bignone, quienes habían sido directores del Colegio Militar, ordenado por el presidente de la nación, Néstor Kirchner, el 24 de marzo de 2004 más allá de su peso simbólico mostró el alineamiento del jefe del ejército a la política de memoria del gobierno nacional. A diferencia del gobierno anterior de Fernando De la Rúa, que fue más permeable a reconocer y aceptar los intereses y posiciones castrenses sobre el pasado reciente, el gobierno de Néstor Kirchner ha sido menos proclive a las demandas corporativas. Ciertamente, desde su asunción, Néstor Kirchner llevó adelante una política oficial de recordación del pasado reciente y las fuerzas armadas debieron ajustarse a ella.²⁹

²⁸ El general Savio promovió el desarrollo de la industria siderúrgica argentina y el general Mosconi la explotación petrolífera nacional.

²⁹ Esta política se expresa en la decisión de llevar a delante los juicios de *lesa* humanidad a los responsables por el terrorismo de estado, en el vínculo con los organismos de derechos humanos especialmente Madres y Abuelas de Plaza de Mayo, en la reivindicación de la militancia de los años 70' como se expresa en nuevo prólogo del Nunca Más, la creación de Espacios de Memoria en lugares emblemáticos del terrorismo de estado como la Escuela de Mecánica de la Armada, entre otros.

El alineamiento y subordinación de la conducción castrense a la política de memoria y derechos humanos del gobierno se expresó también en las sanciones que en diversas circunstancias fueron aplicadas por el Estado Mayor a oficiales en situación de retiro y en actividad que hicieron declaraciones públicas que cuestionaban de algún modo la política de memoria de la institución o del gobierno. En abril de 2005, el general Bendini impuso una sanción disciplinaria de 20 días de arresto al mayor Rafael Mercado por las críticas contra el presidente Néstor Kirchner formuladas por su esposa, Cecilia Pando, mediante cartas públicas.³⁰ Si bien, el presidente Kirchner dejó sin efecto esta sanción, el mayor Mercado fue pasado a retiro debido al silencio aquiescente frente a la actuación de su mujer como presidenta de *Asociación de Familiares y Amigos de Presos Políticos en Argentina*, organización que se ocupa de defender a oficiales procesados y condenados por violaciones a los derechos humanos.

En junio de 2005, a una semana del fallo de la Corte Suprema de la Nación que anuló las llamadas leyes de impunidad, el jefe del Regimiento de Caballería Blindada General Güemes, teniente coronel Roberto Vega, afirmaba en una ceremonia de jura a la bandera frente a las autoridades provinciales salteñas:

Esta es la misma bandera a la que se abrazó el negro Falucho antes de verla atada al carro del enemigo. Es la misma que entregó su sangre el general Güemes. ¡Mírenla bien! Porque es la misma bandera por la que varios soldados llevan grabados en sus cuerpos las heridas recibidas peleando en Manchalá, contra el terrorismo apátrida que pretendía cambiarla por un trapo rojo.³¹

Por este hecho, el teniente coronel Roberto Vega recibió 15 días de arresto y el general Ricardo Sarobe, que estaba presente en la ceremonia, recibió cinco días por no sancionar en ese momento a su oficial subalterno. De igual modo, en mayo de 2006 recibieron 40 días de arresto, y su posterior bajo, los cinco oficiales en actividad que asistieron con uniforme y entregaron una placa al general Miguel Giuliano –presidente de la Unión de Promociones- en el “acto de homenajear los muertos por la subversión”

³⁰ En marzo de 2005, Cecilia Pando adquirió notoriedad pública por criticar al presidente Kirchner quien había desplazado al obispo Baseotto por sugerir arrojar al río atado de una soga al ministro de salud por estar a favor de la despenalización del aborto; por sostener que “los desaparecidos estaban todo vivos en España”; y por encabezar la defensa del comisario Patti cuando el Congreso de la Nación impedía que asumiera su cargo de diputado dadas las acusaciones de violaciones a los derechos humanos que pesaban sobre él. BRIENZA, Lucía. “Relatos en pugna sobre el pasado reciente en Argentina: las visiones militares sobre los años setenta desde Alfonsín hasta el primer gobierno de Menem”, en *Revista Temáticas*, Campinas, año 17, número 33/34, 2009, p. 75.

³¹ Comunicación a propósito del 30 aniversario de la muerte del general de brigada Arturo Horacio Carpani Costa.

realizado en el “Monumento a los Caídos en la Guerra de Malvinas e Islas del Atlántico Sur” en la Plaza San Martín por civiles y militares retirados. Una sanción menor fue aplicada a los oficiales retirados que asistieron al mismo acto vestidos de uniforme.

El posicionamiento frente al inicio de los juicios contra oficiales acusados por violaciones a los derechos humanos, el desplazamiento y despolitización de la narrativa y de las prácticas que evocaban el pasado reciente de la institución y las sanciones disciplinarias aplicados a oficiales en retiro y actividad que reivindicaban la “lucha contra la subversión” cuestionando la política de memoria del gobierno nacional, muestran el nuevo lugar que ocupó el pasado en la memoria institucional del ejército durante la conducción del general Roberto Bendini. Esta estrategia de desvincular al ejército actual del ejército del pasado fue percibida como una posibilidad de recuperar los lazos con la sociedad civil y el prestigio institucional perdido, así como una estrategia para establecer una corte generacional entre las promociones del ejército.

A modo de cierre

Dentro de las filas ejército, la consigna “Memoria Completa” ayudó a instalar una narrativa de la victimización que sirvió no sólo para asentar los marcos interpretativos desde los cuales recordar y transmitir el pasado a las nuevas generaciones de oficiales sino también para eludir la proscripción que pesaba sobre el discurso militar y adquirir visibilidad entre la sociedad civil. En efecto, la figura de las “víctimas militares” le permitió a la fuerza resaltar determinados hechos, personas y períodos del pasado reciente y ocultar, minimizar y disimular otros. Con este nuevo discurso, el ejército buscó no sólo salir del ámbito cerrado de la memoria corporativa para entrar en el escenario público con un discurso verosímil y disputar los sentidos sobre el pasado que se cristalizaron en los últimos 25 años en torno a la memoria de los desaparecidos, sino también renovar su deteriorada imagen con nuevas justificaciones y argumentos sobre lo actuado con el propósito de apuntar al fortalecimiento de una memoria interna de la institución y al reconocimiento de la sociedad y del Estado.

La conducción del general Bendini, en cambio, marcó un corte en el continuo narrativo de la institución. Si bien el recuerdo de los camaradas muertos permaneció como el relato central para recordar el pasado reciente de la institución, este fue

progresivamente desplazado y despolitizado con el propósito de ser reemplazado para una memoria institucional de un pretérito anterior vinculado al rol industrialista del ejército. Con una continuidad que iba desde San Martín y Belgrano hasta Savio, Mosconi y Perón, de la luchas por la independencia pasando la Dirección de Fabricaciones Militares para llegar al *Ejército del Bicentenario*, la conducción de Bendini buscó reconstruir su lazo con la historia de la nación resignando el recuerdo de la “lucha contra la subversión”.

Referências Bibliográficas

- BARADÓ, Máximo. “El Ejército Argentino y el lenguaje de la memoria”, en *Revista Telar*, Tucumán, Año VI, Nro. 7, 2009, p. 110-126.
- BRIENZA, Lucía. “Relatos en pugna sobre el pasado reciente en Argentina: las visiones militares sobre los años setenta desde Alfonsín hasta el primer gobierno de Menem”, en *Revista Temáticas*, Campinas, año 17, número 33/34, 2009, p. 71-104.
- CANELO, Paula. “Grandes responsabilidades”. *Las “autocríticas del Ejército Argentino y los enfrentamientos entre el general Balza y las organizaciones de militares retirados durante los años noventa*. Congreso de la Asociación de Estudios Latinoamericanos, Río de Janeiro, Brasil, del 11 al 14 de junio de 2009.
- DUHALDE, Eduardo. *El Estado terrorista Argentino. Quince años después, una mirada crítica*, Buenos Aires, Eudeba, 2000.
- FELD, Claudia. “La instrumentalización del horror en la Argentina”, *Artefacto*, Buenos Aires, N° 2, 1998, pp. 60-63.
- LORAUX, Nicole. “De la amnistía y su contrario” en AAVV. *Usos del olvido*, Buenos Aires, Nueva Visión, 1989.
- MAZZEI, Daniel. “El general Balza y la construcción de una memoria alternativa del Ejército argentino”, *Anuario N° 20 Historia, Memoria y Pasado reciente*, Rosario, HomoSapiens Ediciones, 2004, p. 147-162.
- ROBBEN, Antonius. *Pegar donde más duele. Violencia política y trauma social en Argentina*. Barcelona, Anthropos, 2008.
- SEOANE, María. *Todo o Nada. La historia secreta y la historia pública del jefe guerrillero Mario Roberto Santucho*, Buenos Aires, Planeta, 1992.
- VERBITSKY, Horacio. *El vuelo*, Buenos Aires, Planeta, 1995.

O processo de transição democrática no Uruguai*

Pablo Martins Bernardi Coelho**

Resumo:

Com o presente trabalho, pretende-se analisar as particularidades do processo de transição democrática do Uruguai após o ciclo de ditaduras para a segurança nacional, nas décadas de 1970 e 1980, o qual assolou a América do Sul e destacou o país de outras transições acontecidas na região. Neste sentido, serão analisadas as condições que levaram ao colapso do regime autoritário uruguaio, como também a dinâmica política da consolidação da democracia pós-autoritária neste país. Desta forma, serão examinadas as considerações referentes ao controverso argumento de que o Uruguai é uma democracia consolidada, questão primordial, pelos especialistas, na análise da transição democrática e do processo da consolidação da democracia. Finalmente, será feita uma revisão das principais escolas analíticas sobre o processo de transição democrática, as quais apontam suas principais características e enfocam na importância de estudar este tema desde a perspectiva das relações entre civis e militares.

Palavras-chave: transição democrática; relações civis-militares; regime autoritário.

Abstract:

The present work aims to analyze the peculiarities of the process of democratic transition in Uruguay, after the cycle of dictatorship to national security, in the 1970s and 1980s, which devastated the South American country and highlighted the other transitions occurred in the region. In this sense, it will analyze the conditions that led to the collapse of the authoritarian regime in Uruguay, but also the political dynamics of the consolidation of post-authoritarian democracy in this country. Thus, it will examine the considerations relating to the controversial argument that Uruguay is a functioning democracy, the vital issue by the experts in analyzing the process of democratic transition and consolidation of democracy in this country. In this sense, it will review the main schools of analytical about the process of democratic transition, which indicate its main features and focus on the importance of studying this issue from the perspective of relations between civilians and military.

Keywords: *democratic transition, civil-military relations, authoritarian regime*

* Esta pesquisa faz parte da tese de doutorado denominada de *As relações entre as Forças Armadas e a sociedade uruguaia no governo de Tabaré Vázquez* que está sendo desenvolvida pelo autor. Tal pesquisa conta com o apoio financeiro do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo FAPESP.

** Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/Franca - Brasil. Orientador: Héctor Luis Saint-Pierre. Email: pablocoelho8@yahoo.com.br.

Introdução - transição e consolidação democrática: marco teórico

Para analisarmos as peculiaridades do processo de transição e consolidação democrática no Uruguai, nosso argumento exige definições de transição democrática¹ e de democracia consolidada. Neste sentido, destacaremos alguns importantes estudos sobre esta temática.

O primeiro deles, Dankwart A. Rustow,² considerou a transição como um processo dividido em três fases, com um pré-requisito para que se produza: a unidade nacional. A primeira fase, denominada preparatória, é a de luta e conflito entre as forças sociais pelo poder, sem que o objetivo inicial seja a realização da democracia. A segunda fase, denominada de decisão, pode ser considerada como um ato de consenso em que os líderes políticos aceitam a diversidade na unidade, institucionalizando algum aspecto crucial dos procedimentos democráticos. A terceira fase, denominada de adaptação, tanto os políticos como os cidadãos vão aplicando novas regras para se ajustarem a nova estrutura democrática. Rustow elaborou sua análise a partir dos modelos inglês, sueco e russo sem poder analisar os numerosos casos de transição dos anos 70 e 80, pois seu artigo é de 1970.

Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter³ foram os primeiros a atribuir a existência de duas etapas no processo de transição democrática. Ao observar o que se sucedeu na América Latina, O'Donnell propôs dividir o processo de transição democrática em duas etapas. A primeira vai desde o regime autoritário anterior até a instalação de um governo democrático. A segunda etapa vai do governo democrático até a consolidação da democracia, ou seja, até a vigência efetiva de um regime democrático. É importante ressaltar, que a partir desta proposta elaborada por O'Donnell denota-se uma clara distinção entre o conceito de transição e consolidação democrática, como também a definição de características próprias de um regime democrático que o processo deve alcançar para que possamos considerá-lo completo e com êxito.

¹ Apesar da utilização desse termo, não podemos considerar que o resultado desse processo seja uma democracia.

² RUSTOW, Dankwart, "Transitions to Democracy Toward a Dynamic Model". In: *Comparative Politics*, Vol II, nº 3, April 1970, p. 337-363.

³ O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, P e WHITEHEAD, L. (comp.), *Transiciones desde un gobierno autoritario*, Buenos Aires: Paidós, 1988.

Mais especificamente relacionado ao processo de consolidação democrática, em um estudo dedicado ao processo espanhol, Mario Caciagli⁴ afirma que a consolidação produz-se quando as eleições determinam a alternância no poder. Outro estudioso do tema, Narcís Serra,⁵ critica este enfoque afirmando ser excessivamente parcial, centrado exclusivamente nos resultados eleitorais. Corroborando com esta afirmação, Juan Linz e Alfred Stepan⁶ expressam que a análise centrada em eleições livres não é condição suficientemente necessária para a democracia, denominando este enfoque de “falácia eleitoral”.

Outros autores fundamentam suas teses centradas na aceitação das regras do jogo democrático por parte dos atores políticos. Giuseppe Di Palma⁷ considera a consolidação como a construção de regras competitivas capazes de prevenir que os atores políticos essenciais boicotem o jogo democrático. Neste sentido, Linz e Stepan⁸ afirmam que uma transição democrática completa-se quando um grau suficiente do acordo foi alcançado quanto aos procedimentos políticos visando a obter um governo eleito. Quando um governo chega ao poder como resultado direto do voto popular livre, quando este governo tem de fato a autoridade de gerar novas políticas, e quando os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, criados pela nova democracia, não têm que compartilhar, *de jure*, o poder com outros organismos.

Nesta direção, Linz e Stepan propõem uma definição de consolidação democrática combinando dimensões comportamentais, atitudinais e constitucionais:

Em termos comportamentais, um regime democrático, em um território, está consolidado quando nenhum ato nacional de importância significativa, quer social, econômica, política ou institucional, dependa recursos consideráveis na tentativa de atingir seus objetivos por intermédio da criação de um regime não democrático, lançando mão de violência ou de intervenção estrangeira, visando a secessão do Estado; Em termos de atitudes, um regime democrático está consolidado quando uma grande maioria da opinião pública mantém a crença de que os procedimentos e as instituições democráticas são a forma mais adequada para o governo da vida coletiva em uma sociedade como a

⁴ CACIAGLI, Mario. *Elecciones y partidos en la transición española*.-Madrid. Centro de Investigaciones Sociológicas, Col. "Monografías" nº 89, 1986.

⁵ SERRA, Narcís. *La transición militar: reflexiones en torno a la reforma democrática de las fuerzas armadas*. Barcelona: Debate, 2008.

⁶ STEPAN, Alfred; LINZ, Juan J. *A transição e consolidação da democracia. A experiência do sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

⁷ DI PALMA, Giuseppe. *To craft democracies*. Berkeley, CA: Berkeley University of California Press, 1990.

⁸ STEPAN, Alfred; LINZ, Juan J. *Op. cit.*

deles, e quando o apoio a alternativas contrárias ao sistema é bastante pequeno, ou mais ou menos isolado das forças pró-democráticas; Em termos constitucionais, um regime democrático está consolidado quando tanto as forças governamentais quanto as não-governamentais, em todo o território do Estado, sujeitam-se e habitam-se à resolução de conflito dentro de leis, procedimentos e instituições específicas, sancionadas pelo novo processo democrático.⁹

Dentro deste contexto, a análise das relações entre civis e militares parece ser primordial, principalmente, no caso do Uruguai, já que o regime não-democrático anterior era controlado por militares. Como afirma Narcís Serra, “estos intentos de definición de la consolidación no ofrecen perspectivas eficaces si pretendemos incluir a las fuerzas armadas como actor relevante en el análisis”.¹⁰ Serra evidencia a importância de estudar este processo desde a perspectiva das relações entre civis e militares, afirmando que, em geral, as teses sobre o processo de transição e consolidação democrática não oferecem vias de integração clara da evolução das relações entre civis e militares.

Neste ínterim, Serra afirma que a etapa de transição é caracterizada pelo abandono das posições de poder e intervenção política por parte dos militares e a consolidação é caracterizada pela existência de uma política de defesa e militar elaborada e aplicada pelo governo representativo. Assim, para completar a consolidação democrática, Serra acredita ser imprescindível articular uma reforma militar em todo processo, na medida em que o plano de reforma das Forças Armadas acomoda-se aos procedimentos democráticos do novo regime, ou seja, na medida em que se reduz tanto sua tendência a interferir na política e no processo de democratização, como também sua inclinação de criar uma reserva de domínio nos temas relacionados à sua própria corporação. Serra conclui que todo este processo deve ser estudado por partes, de modo que se possa analisar, minuciosamente, a participação dos atores políticos nesse contexto. Neste sentido, para subsidiar sua posição, defendeu o conceito formulado por Philippe Schmitter denominado de regimes parciais:

No es la democracia como tal lo que se consolida en el período posterior a la caída de un régimen autoritario. Más bien se trata de un paquete de instituciones diversas o ‘régimenes parciales’ que ligan a

⁹ *Ibidem*, p. 24.

¹⁰ SERRA, Narcís. *Op. cit.*, p. 29.

los ciudadanos con las autoridades públicas, haciendo de este modo que las autoridades respondan frente a ellos.¹¹

Portanto, Serra propõe um enfoque desagregado para analisar o processo de reforma militar no contexto da transição democrática, ao utilizar a noção de “regimes parciais” elaborada por Schmitter. Dentro desta perspectiva, considera importante examinar as possibilidades do processo de consolidação como um período de redução progressiva das “reservas de domínio” retidas pelas Forças Armadas.

Ainda que de forma sucinta, Robert Dahl, em *La democracia y sus críticos*, tem abordado o tema do controle dos militares. Vejamos:

Es evidente que para que un Estado pueda ser gobernado democráticamente, se deben cumplir dos condiciones: 1) si existen organizaciones militares y policiales, como sin duda ha de ocurrir, éstas deben someterse al control civil. Pero dicho control, si bien indispensable, puede no ser suficiente, ya que muchos regímenes no democráticos lo mantienen. Por consiguiente, 2) los civiles que controlan a los militares y a la policía deben ellos mismos someterse al proceso democrático.¹²

Adam Przeworski, em sua obra *Democracia e mercado*, outorga uma importância decisiva no controle militar para explicar o sucesso ou fracasso no processo de transição para a democracia. Ele afirma que, o marco institucional em que se exerce o controle civil sobre as forças armadas constitui o ponto central para a consolidação democrática.¹³

Assim, se as Forças Armadas mantêm sua autonomia em relação ao controle civil, o problema militar constitui uma fonte permanente de instabilidade para as instituições democráticas.

Nesta perspectiva, Felipe Agüero¹⁴ realiza uma interessante análise em relação à articulação do processo de reforma das Forças Armadas com o processo geral da transição e consolidação para a democracia. Agüero considera que as elites civis devem saber ultrapassar da consolidação negativa para a positiva. A consolidação negativa seria a satisfação das elites em criar as condições para impedir uma rebelião militar contra o processo de democratização. A consolidação positiva consistiria nos esforços, a longo prazo, das elites civis em desenvolver políticas e estratégias para lograr a

¹¹ SCHMITTER, Philippe *apud* SERRA, Narcís. *Op. cit.*, p. 38.

¹² DAHL, Robert. *La democracia y sus críticos*. Buenos Aires: Paidós, 1991, p. 258.

¹³ PRZEWORSKI, Adam. *Democracia e Mercado*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1994, p. 172.

¹⁴ AGÜERO, Felipe. *Militares, civiles y democracia: la España postfranquista en perspectiva comparada*. Madri: Alianza, 1995.

incorporação dos militares nas instituições do novo regime democrático, ou seja, uma vez assegurada a supremacia civil, dever-se-ia garantir aos militares uma autonomia suficiente para eles colocarem em prática sua missão. Isto acontece porque, para o autor, certa autonomia é considerada moeda de troca para lograr uma atitude de apoio militar nas novas instituições democráticas.

Do ponto de vista das relações civis e militares, Agüero¹⁵ expressa que a etapa de transição é aquela em que os civis eleitos, democraticamente, conseguem anular a intervenção dos militares nas decisões políticas, seja porque se elimina qualquer capacidade de vetar ou condicionar as atuações das autoridades eleitas, seja porque deixam de participar das tarefas do governo. Já, a etapa de consolidação é aquela na qual o governo civil eleito é capaz de elaborar tanto a política de defesa e militar, como assegurar sua aplicação e dirigir a atuação das Forças Armadas.

O colapso do regime autoritário e a formação de uma democracia consolidada no Uruguai: as relações entre civis e militares

De 1973 a 1985, o Uruguai teve um regime autoritário sempre dominado, de fato, pelos militares e, a partir de 1976, governado, de *jure*, por militares hierarquicamente comandados, até que, em 1985, uma organização militar unida entregou o poder a um presidente democraticamente eleito. Por que razão a transição democrática começou naquele país? Fatores internos e externos – bastante estudados numa literatura já clássica sobre as “transições” –¹⁶ conjugaram-se para criar a saída do impasse ditatorial. Nas palavras de Selva López Chirico: “Da perspectiva do contexto político regional, a suspensão da ajuda militar pelo Congresso dos Estados Unidos, em 1976, e a política de direitos humanos de Jimmy Carter, a partir de 1977, provocaram uma conjuntura desfavorável à ditadura militar”.¹⁷

A trajetória “a contrapelo” da ditadura uruguaia com relação ao fator externo parece ter se acentuado em 1980, quando o projeto de reinstitucionalização ditatorial

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ (NUN, 1991; O'DONNELL, 1992; WEFFORT, 1993)

¹⁷ LOPEZ CHIRICO, Selva. Forças Armadas e democracia: um olhar para o passado recente a partir do final do século. In: D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Organizadores). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 186.

tentou se concretizar através do plebiscito¹⁸ que a ditadura convocou e perdeu. Propôs-se a partir daí um “cronograma” de abertura que incluía anistias políticas restritas, com o objetivo de iniciar um diálogo com certos setores da oposição. A legitimidade e as relações de poder começaram imediatamente a se alterar. Alguns oficiais militares de proeminência viram fragilizada, em razão do resultado do plebiscito, sua crença em seu próprio direito de governar. Por outro lado, os partidos políticos tradicionais saíram do plebiscito fortalecidos, menos temerosos e com uma nova confiança em sua própria legitimidade.

A partir daí, iniciaram as discussões dos militares com setores da oposição democrática sobre as fórmulas da transição democrática, ou seja, um processo de transição pactuada, controlado pela hierarquia militar.¹⁹ As discussões partiram de uma concepção inicial limitadíssima – conversações de cúpula com “notáveis”, num cenário de anistia política restrita para os partidos tradicionais e inexistente para a esquerda – até a relegitimação dos partidos através de eleições internas, em 1982, e a ampliação do espectro político com a anistia concedida à esquerda, em 1984.

Sem ameaça interna, sem alianças importantes na sociedade civil ou na sociedade política e com sua derrota no plebiscito, cujos resultados os militares haviam prometido respeitar, o poder de barganha deles com relação aos políticos ficou substancialmente abalado. Isto não significa que os militares não tenham sido capazes de estabelecer um preço, eles o foram. O fato de que militares hierarquicamente comandados detiveram o poder até depois das primeiras eleições significa que eles se encontravam em condições de negociar a transferência de poder de uma maneira que cerceou a transição. Nesta perspectiva, o processo de reinstitucionalização que se iniciou em março de 1985 nem formal nem substancialmente atendeu a critérios mínimos democráticos. Alguns de seus traços derivaram, explicitamente, do acordo estabelecido em agosto de 1984 entre as Forças Armadas e a frente política de oposição – o “Pacto do Clube Naval”. Este nasceu de uma negociação entre duas das três forças políticas da cena nacional: o Partido Colorado e a Frente Ampla. Em junho de 1984, ao

¹⁸ Os militares submetem a plebiscito uma nova Constituição, e, caso fosse ratificada, seriam realizadas em 1981 eleições presidenciais com um candidato único, indicado pelos dois partidos tradicionais e aprovado pelos militares.

¹⁹ Adota-se, genericamente, a perspectiva da tipologia proposta por Guillermo O’Donnell (*Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1986) de transições pactuadas e transições por colapso, onde a Argentina identifica-se com o primeiro caso e Chile e Uruguai com o segundo.

chegar ao país, o líder Blanco Wilson Ferreira Aldunate - que, do exílio, havia pregado incansavelmente contra o regime ditatorial – foi detido e, desde então, a condição *sine qua non* dos blancos para qualquer acordo passou a ser a liberdade de seu líder. A firme negativa militar, baseada num mais do que possível triunfo eleitoral de Wilson, provocou um resultado inesperado: a anistia à esquerda, com o objetivo de possibilitar uma saída negociada, cuja legitimidade exigia pelo menos o aval de duas das três forças políticas do país. A decisão de negociar do Partido Colorado e da Frente Ampla, fundamentada na necessidade de produzir um fato político que possibilitasse ao regime ditatorial chegar a uma solução institucional democrática, rompeu a frente de oposição ao afastar da disputa um líder indiscutível (Wilson), e produziu feridas profundas entre as forças integrantes do pacto e os blancos, feridas que até hoje não estão cicatrizadas.

O resultado do Pacto do Clube Naval foi consignado no último ato institucional da ditadura, o de nº 19. Este ato determinava a convocação de eleições em novembro de 1984 e estabelecia uma série de disposições transitórias que restringiam a plena vigência da Constituição de 1967, derogáveis por plebiscito no primeiro ano do governo constitucional. As limitações à vigência plena desta Constituição tinham por objetivo preservar condições que impedissem o julgamento de militares por atos cometidos durante a ditadura, assim como negar a anistia a Wilson Ferreira. No Clube Naval, porém, o tema da violação de direitos humanos não foi abordado abertamente. Os negociadores civis tampouco o mencionaram, porque o inevitável desentendimento sobre este ponto paralisaria a disposição de negociar ambas as partes. Preferiram adiá-lo, confiando em que uma correlação favorável de forças permitiria a atuação democrática da justiça ordinária, com seus limites históricos de competência. Além disto, um enorme problema foi transferido para o futuro: a necessidade de uma reinstitucionalização das Forças Armadas que as amolde à democracia.

Ambos os temas foram centrais durante o primeiro período de governo democrático e ficaram estreitamente vinculados. A saída política para o tema dos direitos humanos durante a primeira presidência de Sanguinetti – a impunidade dos militares incursos em delitos de lesa-humanidade – acabou envolvendo o Partido Blanco, que nesta oportunidade voltou a ocupar seu lugar tradicional no sistema político, ao sustentar a iniciativa do Partido Colorado formalizada na Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado, de dezembro de 1986, na qual oferecia anistia aos militares que tivessem cometido crimes contra os direitos humanos. Por fim, foi

recolhido um número suficiente de assinaturas para forçar um referendo sobre a anistia. Neste referendo, realizado em abril de 1989, 57% dos votantes concordaram em manter a anistia. Pesquisas de opinião pública, entretanto, indicaram que setores significativos do eleitorado votaram por esta manutenção visando a evitar uma crise, mais do que por acreditarem na justiça desta decisão.²⁰

Nesta perspectiva, Selva López Chirico expressa:

A impunidade foi fértil em consequências políticas. Provocou o aglutinamento dos militares em torno da defesa corporativa dos atos cometidos durante a ditadura e do princípio da “obediência devida”, defendido pelos generais encabeçados pelo próprio comandante chefe do Exército, general Hugo Medina. E esclareceu a posição do partido do governo, que, liderado pelo presidente Sanguinetti, adotou uma solução política a defesa da anistia para os militares e, em seguida, a aplicou segundo uma interpretação bastante ampla de seu conteúdo, autorizando o amparo dos acusados em todos os casos que lhe fossem apresentados e desprezando a possibilidade aberta pelo art. 4º de investigar –ainda que sem punir – a situação dos desaparecidos.²¹

Mesmo diante das restrições impostas pela hierarquia militar, e levando em consideração o referendo e as eleições de dezembro de 1989,²² é praticamente unânime, entre os especialistas acima citados, que o Uruguai preencheu todas as condições de uma transição completa. E a consolidação? Diante destas circunstâncias, podemos considerar que o Uruguai atingiu a consolidação democrática? Ao confirmar a opinião de Linz e Stepan,²³ acreditamos que o Uruguai é uma democracia consolidada tendenciosa a riscos. De acordo com estes autores, apesar de certa manutenção de reservas de domínio em relação aos militares, a consolidação democrática aconteceu em 1992, por uma série de fatores. O primeiro deles está associado com o comportamento dos partidos políticos em relação ao regime democrático. Linz e Stepan constataram que, entre 1968 e 1973, o Uruguai era um sistema no qual, praticamente, todos os atores políticos de importância nacional eram desleais ao regime democrático. Exemplo disto foi o modo utilizado pelo partido colorado, então no poder, para reprimir os tupamaros, guerrilha urbana uruguaia. Os colorados tinham como líder um presidente que se utilizou da ameaça dos tupamaros “para impor uma espécie de estado de sítio, que ele

²⁰ STEPAN, Alfred; LINZ, Juan J. *Op. cit.*, p. 190.

²¹ LOPEZ CHIRICO, Selva. *Op. cit.*, p. 193.

²² Em dezembro de 1989, foram realizadas eleições livres nas quais foi permitida a participação de todos os candidatos, quando a coalizão de esquerda, Frente Ampla, conquistou a prefeitura de Montevidéu, que inclui cerca da metade da população uruguaia.

²³ STEPAN, Alfred; LINZ, Juan J. *Op. cit.*

usava para burlar o Parlamento”.²⁴ Já em 1992, foi constatado que, praticamente, inexistia algum ator político de relevância desleal ao regime democrático.

Outro fator verificado por Linz e Stepan²⁵ está relacionado à aceitação de partidos políticos anteriormente considerados inaceitáveis para assumir o poder. Em 1971, grupos importantes, dentre os colorados e os blancos, viam a coalizão de esquerda (Frente Ampla) como inaceitável. Mas, desde a importante participação da Frente Ampla no Pacto do Clube Naval de 1985, seus integrantes passaram a ser vistos, cada vez mais, como participantes normais e aceitos pelo sistema democrático. Em 1989, um socialista, Tabaré Vázquez, pertencente à Frente Ampla, foi eleito prefeito de Montevideú. Não houve qualquer controvérsia importante quanto a seu direito de assumir o cargo. Em 1992, a Frente Ampla já havia sido integrada, por todos os partidos importantes, no sistema político democrático do Uruguai.

E quanto aos militares? De acordo com Linz e Stepan, “após o referendo de 1989, estes não fizeram mais ameaças, quer explícitas ou veladas, nem tampouco exigências ao sistema político democrático”.²⁶ Uma das razões para os militares não terem muito poder na política uruguaia, após as eleições livres, foi porque eles não tinham aliados. Várias pesquisas mostraram que as elites empresariais, os políticos e o grande público rejeitavam, igualmente, o envolvimento dos militares na política. Em termos de confiabilidade, em 1995, pesquisas mostraram que os partidos políticos ficaram em primeiro lugar, com uma pontuação líquida de mais de 57, e as Forças Armadas ficaram em último, com uma pontuação líquida de menos 73. Apenas 5% da população viam as Forças Armadas de forma simpática, 7%, de forma neutra, ao passo que 78% viam os militares com antipatia.²⁷ Nesse sentido,

em um contexto no qual não havia inimigos violentos (houve apenas um único ato violento de importância, associado à esquerda, nos primeiros sete anos de governo democrático), no qual a oposição desleal havia sido praticamente eliminada entre os partidos políticos e a população rejeitava os militares como aliados políticos, teria sido extremamente arriscado, para os militares-como-instituição, tentar assumir o poder ou bloquear a posse de um candidato da Frente

²⁴ GONZALEZ, Luis Eduardo. *Political Structures and Democracy in Uruguay*. Notre Dame: University of Notre Dame, 1991, p. 41 e 42.

²⁵ STEPAN, Alfred; LINZ, Juan J. *Op. cit.*

²⁶ *Ibidem*, p. 194.

²⁷ Pesquisa concretizada pelo instituto de pesquisa Equipos Mori, dez 1985.

Ampla que possivelmente saísse vitorioso das eleições presidenciais de 1994.²⁸

Em 1992, Stepan perguntou a um general da ativa, pertencente ao alto escalão, o que aconteceria ao Uruguai, em termos políticos, se Tabaré Vázquez fosse eleito presidente, em 1994. A resposta do general sugeriu que, também ele, aceitava que o sistema já era uma democracia consolidada. Numa eventual vitória de Vázquez, o general via a tarefa de assegurar a ordem política não como algo que sairia da ação militar, mas sim do funcionamento normal da política. Neste período, já não havia qualquer comportamento semileal ou desleal em qualquer dos principais partidos ou organizações uruguaios.

Em termos institucionais, Linz e Stepan afirmam que, apesar da limitação imposta sobre o governo democrático, de 1985 a 1989, que teve origem na recusa dos militares a submeter-se a julgamento por crimes contra os direitos humanos, não houve quaisquer tentativas de cerceamento da liberdade de formulação de políticas pelo governo democrático. Para eles, esta limitação deixou de ser um obstáculo para a consolidação democrática por causa do referendo de 1989, no qual, como já citado, optou em manter a anistia aos militares. Nas palavras dos autores:

O parlamento examina os orçamentos militares, há um ministro da Defesa Civil e o presidente tem liberdade para escolher o comandante-em-chefe das três armas. É certo que existem problemas nas relações entre civis e militares, no Uruguai. Ainda não foi realizada uma análise séria, por parte do presidente, do parlamento, ou do ministro da Defesa, quanto a que tipo de forças armadas o Uruguai realmente quer [...] **No entanto, dada a situação geral de equilíbrio de poder existente no Uruguai, os militares não representam mais uma ameaça à consolidação da democracia.**²⁹

Desta maneira, devido aos fatores acima citados, consideramos que o Uruguai tornou-se uma democracia consolidada, apesar de contar com relações civis e militares, relativamente fracas. Entretanto, é exatamente por causa desta situação que acreditamos ser o Uruguai uma democracia consolidada, propensa a precipitações.

Neste sentido, um problema essencial que a democracia tem que resolver é a questão dos direitos humanos. A manutenção da Lei da Caducidade da Pretensão Punitiva, através do referendo de 1989, provocou consequências na sociedade política uruguaia, as quais se perpetuam até hoje, uma vez que o regime de excepcionalidade

²⁸ STEPAN, Alfred; LINZ, Juan J. *Op. cit.*, p. 195.

²⁹ *Ibidem*, p. 196. Grifo nosso.

que adotou para os militares fere o princípio igualitário essencial à democracia. Desta forma,

essa solução, a curto prazo, significou um trunfo para os militares e garantiu uma certa paz, de entranhas conservadoras. A longo prazo, introduziu a desconfiança acerca das bases igualitárias da legalidade, assim como a descrença nas massas. Lançou sobre todos os militares a sombra da suspeita e perpetuou a fissura entre a sociedade e a instituição.³⁰

Em termos políticos, o enfoque, pelos poderes do Estado, dos problemas remanescentes da ditadura obedeceu a uma dinâmica singular: após um impulso inicial renovador, mediante o qual se derogaram os aspectos da Lei Orgânica Militar de 1974 (a qual adequou a instituição militar à nova doutrina de segurança nacional) que mais se opunham à democracia. A administração das Forças Armadas pelo poder político passou a ser realizada em pequenos atos sucessivos. Para isso, concorreram tanto uma política, liderada pelo Executivo, de “não agitar” os temas institucionais, quanto a debilidade com que o Parlamento exerce suas funções de controle, não só por desconhecimento dos temas, mas também pela aridez das questões burocráticas e pelo fato de o debate dos problemas militares processar-se no âmbito restrito das comissões de defesa de ambas as câmaras, sem que muitos assuntos cheguem às respectivas assembleias. Desde a restauração democrática, os sucessivos governos têm prometido levar ao Parlamento um projeto de reforma da Lei Orgânica das Forças Armadas. A proposta governamental cumpriu-se em dezembro de 2003. A vazia formalidade do trâmite ficou evidente quando nem sequer a bancada parlamentar militar manifestou interesse em debater o tema, e o projeto de lei nem sequer ingressou na ordem do dia da Comissão de Defesa para as suas considerações.

A trajetória do ordenamento jurídico exemplifica a complexa tramitação política do tema militar. Encerrada a etapa de “participação das massas”, com a realização do plebiscito de 1989, a questão passou a ser tratada em âmbitos restritos: por políticos e militares “notáveis”, por cúpulas partidárias, por comissões parlamentares, com menos atuação do Legislativo em plenário e participação destacada do poder Executivo nos primeiros anos pós-regime ditatorial. Conforme constatado por López Chirico,³¹ os presidentes, como comandantes supremos das Forças Armadas, tenderam a administrar diretamente a questão militar em todos os governos. Por exemplo, “Sanguinetti elaborou

³⁰ LOPEZ CHIRICO, Selva. *Op. cit.*, p. 193.

³¹ *Ibidem*, p. 198.

um discurso que fundamenta na ‘ética da responsabilidade’ a opção pela paz, garantida pela impunidade dos militares, e que condena com coloridas metáforas os dissidentes ‘nostálgicos’, portadores de ‘olhos na nuca’ etc”.³² Em sua política, o objetivo de recuperar para o poder civil os espaços perdidos para os militares é restringido pelas concessões que preservam margens importantes de autonomia militar. Institucionalmente, o papel do presidente redundava na minimização do Ministério da Defesa e também dos demais poderes do Estado. O presidente Sanguinetti, em seus dois períodos de governo, oscilou entre um ministério civil de perfil bastante modesto, destinado a conciliar e a não criar áreas de atrito com as Forças Armadas, e um ministério de contorno, acentuadamente militar, ocupado pelo general Medina, primeiro comandante do Exército na democracia. Isto significou a inserção das demandas da corporação militar no seio do Executivo, revertendo o sentido político democrático da instituição ministerial. Já o presidente Lacalle, optou pelo ministro “fusível”, destinado a “queimar” para evitar crises maiores entre o poder político e a instituição militar. Conforme atesta López Chirico:

Definitivamente, as estratégias político-partidárias, relativas à questão militar, dos partidos políticos que se alternaram no governo desde a redemocratização diferenciavam-se apenas em aspectos menores. O partido Colorado capitaliza seu prolongado vínculo com as Forças Armadas adotando posturas "profissionalistas" que lhe garantam apoio institucional e, quando ocorrem episódios que provocam clivagens internas ostensivas nas Forças Armadas, parece apoiar-se nas facções antes ‘pró-abertura’. O partido Blanco reincide na velha atitude de recuperar o tempo perdido, promovendo rapidamente os oficiais a ele vinculados, em atitude que costuma despertar ressentimentos; submetendo-se claramente a propostas de reestruturação que tentam adequar as Forças Armadas uruguaias às grandes tendências mundiais, e buscando a consolidação legal da função de ordem interna.³³

Diante desta situação, acreditamos que ainda não ocorreu a necessária reforma estrutural que ajusta a instituição militar ao regime democrático. Os governos democráticos ainda não tomaram medidas no sentido de reformular a organização, a missão, ou a força-estrutura militares, nem tampouco de repensar as maneiras através das quais os militares poderiam ser reincorporados, em termos sociais e ideológicos, na comunidade política democrática. Tratar, democraticamente, esta temática, implicaria em tomar uma série de medidas, a começar pela definição de uma política de defesa que

³² *Ibid.*, p. 198,

³³ *Ibid.*, p. 201.

sirva de base a uma política militar adequada aos aspectos que venham a exigir a aplicação do fator militar.

Efetivamente, ao longo de sua história de vida institucional contemporânea, no Uruguai tem-se evitado quase sistematicamente o debate público sobre o tema de defesa e política militar, isto é, a definição das razões que determinam a existência de forças armadas, suas missões e aspectos doutrinários, suas características organizacionais, operativas e logísticas, seus armamentos e os recursos que a sociedade investe nelas. Desta forma, a incorporação plena e duradoura da questão da defesa e das Forças Armadas na agenda política, o desenvolvimento de instituições políticas de governo concebidas para elaborar, executar, controlar e avaliar políticas públicas faz-se necessário para o Estado democrático uruguaio superar os problemas relativos às suas Forças Armadas.

Parece que os quatro governos pós-ditadura que precederam a administração da Frente Ampla não exibiram a vontade política necessária para assumir a condução política ativa das Forças Armadas nem para que o Poder Judicial assumisse suas competências perante os crimes mais berrantes durante a ditadura.

O governo do presidente Tabaré Vázquez: uma nova realidade

Durante os últimos anos, a segurança, a política exterior e a defesa no Uruguai tiveram continuidade em dois âmbitos, e uma novidade significativa. Assim, o último ano do governo do presidente Tabaré Vázquez (2005-2010), que terminou em 01 de março de 2010, somente registrou uma novidade significativa: a aprovação de uma lei marco da defesa nacional no Parlamento, com apoio unânime dos parlamentares de todos os partidos.

Ademais, o Uruguai continuou com sua política de contribuir com tropas em algumas missões das Nações Unidas, política que se concentrou em dois contingentes significativos: na República Popular do Congo (Missão das Nações Unidas na República do Congo, Monuc), com 1.356 efetivos, e no Haiti (Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, Minustah), com 1.136. Em dezembro de 2009, o país era o décimo contribuinte na escala do Departamento de Operações de Paz, com 2.513 militares.

O denominado *conflicto de las papeleras* com a Argentina e o bloqueio da principal rota de comunicação terrestre entre os dois países não obteve novidades.³⁴

Os primeiros cinco anos de governo de esquerda culminaram sem eventos significativos nas relações civis-militares. Na realidade, para o governo da Frente Ampla o setor defensivo e os militares resultaram menos conflitos que a segurança interior e a polícia. Certamente, as condições políticas internas e internacionais blindaram o presidente Tabaré Vázquez em relação a qualquer ato de insubordinação militar. Seu governo contou com um nível de legitimidade muito alto que se tornou impensável qualquer movimento de indisciplina castrense. Por outro lado, os três ministros de Defesa que participaram de sua gestão compartilharam com um baixo nível de pró-atividade em suas políticas militares. Este cenário permite afirmar, que além do avanço no plano legislativo, com a aprovação da lei marco de defesa nacional, o presidente preferiu não inovar nas políticas militares.

No entanto, ampliou-se a prerrogativa constitucional para nomear as mais altas hierarquias militares, frequentemente utilizada pelo presidente. Com efeito, foi removida a lei que limita os poderes presidenciais para a promoção a general dos coronéis localizados no terço superior da lista de méritos que elabora o Tribunal de promoções do Exército.³⁵ Assim, o generalato do Exército foi rejuvenescido integralmente (o presidente Vázquez designou como Comandante Chefe o mais jovem dos generais).

Na realidade, o primeiro presidente de esquerda na história do país apelou com êxito a uma regra não escrita da democracia uruguaia desde os princípios do século XX: os presidentes têm governado as instituições militares apoiados em sua própria estrutura hierárquico-disciplinar, evitando gerar excessivas tensões internas. O mecanismo tradicional supõe uma complexa engenharia. Os comandantes chefes devem contar com a legitimidade e prestígio profissional, além de oferecer garantias de lealdade e alguma

³⁴ GONZALEZ GUYER, J. “La política de seguridad de Uruguay en el 2008: el conflicto por las plantas de celulosa y las misiones de paz”. In: *Anuario 2009. Seguridad regional en América latina y el caribe*. Programa de Cooperación en Seguridad Regional, FES, Bogotá, 2009, p. 148-161. Em Abril de 2010 a Corte Internacional de Justiça em Haia sentenciou a favor do Uruguai para não fechar sua fábrica de celulose, causa da disputa com a Argentina. A sentença do Tribunal também estabeleceu que o Uruguai violou um tratado bilateral, a não informar e nem negociar com Buenos Aires o avanço da instalação da fábrica em uma das margens do rio; porém indeferiu o reclame argentino para o Uruguai pagar uma compensação por danos e prejuízos.

³⁵ Lei 17.920 promulgada em 22/11/05 pelo poder executivo, reformando o artigo 135 do decreto-lei 15.688 de 1984 na redação dada pelo artigo 11 da Lei 15.848 de 1986. Tal ascensão precisa da prévia aprovação do senado.

sintonia - política ou pessoal - com o presidente. Isto não permite distorcer as regras e lealdades corporativas e garantir a subordinação militar em relação às autoridades democráticas. Outra regra não escrita na política militar uruguaia - em contrapartida com a anterior - é a abstenção política de invadir a virtual esfera de autogoverno corporativo e autônomo de gestão que gozam das instituições militares. O presidente Vázquez evitou violá-la.

A ênfase, durante o primeiro governo de esquerda, de clarificar as principais violações dos direitos humanos durante a ditadura, uma dívida pendente da democracia, gerou algumas tensões com os militares. Do ponto de vista da demanda judicial houve avanços. Os principais responsáveis políticos e os executores de maior conotação em relação aos crimes cometidos na ditadura estão na prisão graças à interpretação que o governo de esquerda introduziu no artigo 4º da lei de caducidade da pretensão punitiva do Estado de 1986.³⁶ No entanto, a reclamação da verdade sobre os desaparecidos, mortos e tráfico de crianças, apesar de certo êxito, não logrou romper o silêncio daqueles que têm a informação. Assim, o problema permaneceu sem resolução.

A Lei Marco de Defesa Nacional

O projeto de lei sobre a defesa nacional começou sua tramitação parlamentar em fevereiro de 2008. A escassa repercussão pública em relação ao seu processo legislativo (2008-2009) contrastou com a difusão que tiveram os três eventos públicos realizados no marco do denominado Debate nacional de defesa (2006), organizado pelo Ministério de Defesa com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a assessoria da Universidade da República.³⁷

A pequena repercussão de seu trâmite parlamentar é coerente com a forma em que os assuntos de defesa se processam no Uruguai. E também pode ser explicado pela reserva com que foi debatida e negociada a norma, “intentando privilegiar la búsqueda de acuerdos en un aspecto sensible que conviene no contaminar con debates

³⁶ Em <http://www.parlamento.gub.uy/leyes/ AccesoTextoLey.asp?Ley=15848&Anchor=>. Um grupo de oficiais militares e policiais, os ex-ditadores Juan María Bordaberry e o tenente general Gregório Álvarez juntamente ao ex-Chanceler Juan C. Blanco, foram processados e presos. Em outubro de 2009 o plebiscito que propunha anular parcialmente a lei em questão não logrou o número de votos necessários.

³⁷ http://www.mdn.gub.uy/?q=debate_nacional

partidarios”.³⁸ Apesar disto, a importância do acordo legislativo conquistado não pode ser minimizado, já que este foi um dos objetivos iniciais planejados pelo Debate nacional sobre a defesa. De fato, os conteúdos da lei marco de defesa nacional surgiram de um processo de intercâmbio desconhecido. Nunca atores tão diversos haviam ostentado parte ativa de um processo com estas características: os partidos políticos, funcionários de várias agências do Estado, acadêmicos, sociedade civil, além de representantes de diversas dependências do Ministério de Defesa e das próprias Forças Armadas. Ao Ministério de Defesa foram entregues cinco documentos aprovados por consenso em ditos intercâmbios, e seus conteúdos incorporam-se ao projeto de lei enviado ao Parlamento.

Entre as modificações que o trâmite parlamentar introduziu ao texto original do projeto encontra-se o motivo da “observação” do presidente da República,³⁹ impedindo sua entrada em vigor.⁴⁰ O ponto de discórdia entre o Poder Executivo e o Legislativo é, basicamente, “el de la potestad de comando – y no sólo de asesoramiento al ministro – que el texto aprobado por el Parlamento otorga (artículo 16C) al jefe del Estado Mayor de la Defensa, nuevo organismo creado por la ley”.⁴¹

De fato, o texto aprovado pelo Parlamento cria um quarto comandante chefe das Forças Armadas, que outorga as funções de “planificación y coordinación de operaciones conjuntas y/o combinadas, centralizando en su organización los diferentes asuntos vinculados con la inteligencia militar, así como la actuación de los agregados militares ante gobiernos extranjeros” (inciso e.). O inciso seguinte confirma: “el jefe del Estado Mayor de la Defensa será un oficial en actividad de la misma jerarquía que los comandantes en jefe de las Fuerzas Armadas” (inciso f.).

Uma vez solucionada esta diferença e aprovada definitivamente tal lei, fica a cargo do governo posterior (do presidente José Mujica) a aplicação da norma. Esta, pela primeira vez, explicita uma série de definições políticas sobre a defesa nacional, o

³⁸ GONZÁLEZ, GUYER, “Uruguay, claroscuros de la primera gestión de izquierda en el gobierno y perspectivas del gobierno Mujica”. In: *Anuario 2010. Seguridad regional en América latina y el Caribe*, 2010: 207.

³⁹ O artigo 137 da Constituição habilita o poder executivo a interpor tal recurso e comunicá-lo ao Parlamento dentro de um prazo de 10 dias.

⁴⁰ A observação interposta não foi publicada oficialmente. Seu texto de 13 folhas (Mensagem N°52/09 de 09/09/09) dirigido ao presidente da Assembleia Geral do Poder Legislativo tem a assinatura do presidente Vázquez e de quatro ministros (Defesa, Interior, Economia e Relações Exteriores).

⁴¹ GONZÁLEZ, GUYER, “Uruguay, claroscuros de la primera gestión de izquierda en el gobierno y perspectivas del gobierno Mujica”. *Op. cit.*, p. 208.

estabelecimento de uma lei orgânica do Ministério de Defesa e a instrumentalização dos procedimentos necessários para acabar com o foro autônomo da Justiça Militar.

Referências Bibliográficas

AGÜERO, Felipe. *Militares, civiles y democracia: la España postfranquista en perspectiva comparada*. Madri: Alianza, 1995.

CACIAGLI, Mario. *Elecciones y partidos en la transición española.-Madrid*. Centro de Investigaciones Sociológicas, Col. "Monografías" nº 89, 1986.

DAHL, Robert. *La democracia y sus críticos*. Buenos Aires: Paidós, 1991.

DI PALMA, G. *To craft democracies*. Berkeley, CA: Berkeley University of California Press, 1990.

GONZALEZ GUYER, J. "Uruguay, claroscuros de la primera gestión de izquierda en el gobierno y perspectivas del gobierno Mujica". In: *Anuario 2010. Seguridad regional en América latina y el caribe*. Programa de Cooperación en Seguridad Regional, FES, Bogotá, 2010.

_____. "La política de seguridad de Uruguay en el 2008: el conflicto por las plantas de celulosa y las misiones de paz". In: *Anuario 2009. Seguridad regional en América latina y el caribe*. Programa de Cooperación en Seguridad Regional, FES, Bogotá, 2009.

_____. "Análisis/El Frente Amplio en el Gobierno y la cuestión militar Luego de cinco años, llegan los desafíos más complejos". In: *Atlas comparativo de la defensa en América Latina y Caribe*/Marcela Donadio y María de la Paz Tibiletti. 1a ed. Buenos Aires: RESDAL, 2010, 312p.

GONZALEZ, Luis Eduardo. *Political Structures and Democracy in Uruguay*. Notre Dame: University of Notre Dame, 1991.

LOPEZ CHIRICO, Selva. Forças Armadas e democracia: um olhar para o passado recente a partir do final do século. In: D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Organizadores). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

NUN, José. *La democracia y la modernización, treinta años después*. Desarrollo Económico, 31(123), oct./dic, 1991.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, P e WHITEHEAD, L. (comp.), *Transiciones desde un gobierno autoritario*, Buenos Aires: Paidós, 1988.

_____. *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1986.

_____. *¿Democracia delegativa?* Cuadernos del Claeh, 61, Montevideo, 1992.

PRZEWORSKI, Adam. *Democracia e Mercado*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1994.

RUSTOW, Dankwart, "Transitions to Democracy Toward a Dynamic Model". In: *Comparative Politics*, Vol II, nº 3, April 1970, p. 337-363.

Militares e Política, n.º 8 (jan.-jun. 2011), p. 55-73.

SERRA, Narcís. *La transición militar: reflexiones en torno a la reforma democrática de las fuerzas armadas*. Barcelona: Debate, 2008.

STEPAN, Alfred; LINZ, Juan J. *A transição e consolidação da democracia. A experiência do sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

WEFFORT, Francisco C. Nuevas democracias, ¿qué democracias? *Sociedad*. UBA (2), mayo, 1993.